



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA

**DESENVOLVIMENTO DA SUÉCIA DURANTE OS “ANOS DOURADOS” DO
CAPITALISMO: Fatores históricos, ascensão do *Welfare State*, influências de
Gunnar Myrdal e o Modelo Rehn-Meidner**

Aluno: Kleber Yuiti Ansai

Orientadora: Prof. Dra. Luciana Togeiro de Almeida

Banca Examinadora: Prof. Dr. José Ricardo Fucidji

Araraquara – SP, 2015

FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

KLEBER YUITI ANSAI

**DESENVOLVIMENTO DA SUÉCIA DURANTE OS “ANOS DOURADOS” DO
CAPITALISMO: Fatores históricos, ascensão do *Welfare State*, influências de
Gunnar Myrdal e o Modelo Rehn-Meidner**

Monografia entregue ao Departamento de Economia da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof. Dra. Luciana Togeiro de Almeida

Banca Examinadora: Prof. Dr. José Ricardo Fucidji

Araraquara – SP, 2015

À minha família, aos meus amigos e aos que me ensinaram

AGRADECIMENTOS

“4 Anos passam voando, vocês irão ver”, foi o que meu professor de História do Cursinho do Anglo/SP, Gianpaolo Dorigo, disse para minha classe um dia. E, realmente, esses 4 anos de faculdade passaram num piscar de olhos. Sinceramente, nada saiu do jeito que eu imaginava (Na verdade, não imaginava nada. Apenas a possibilidade de uma vida universitária simples e pacata). Esses 4 anos saíram melhor do que qualquer expectativa que eu poderia ter criado previamente e tenho muito a agradecer a diversas pessoas.

Primeiramente, gostaria de agradecer minha família, por ter me apoiado, por ter me sustentado, por ter me auxiliado, por ter tido paciência comigo e por ter me compreendido em alguns momentos difíceis. Agradeço minha mãe, Alice Kiyoko Ansai, e meu pai, Jorge Mitsuo Ansai, por todo esforço que tiveram que fazer para o meu benefício. Agradeço também a minha irmã, Priscila Megumi Ansai, pois se ela não estivesse em Araraquara, talvez não teria escolhido viver nesta cidade maravilhosa.

Tenho uma enorme gratidão aos meus amigos, em especial, aqueles que tive mais convivência aqui: Ana Júlia Blumer, Anna Clara Peccinelli Minieri, Débora de Mattos Brittes, Elisa Cristina Stocco, Graziela Contiero Talarico, Guilherme Jorge da Silva, Henrique Figueiredo de Oliveira, Lureen Aimeé Asei e Nicolás Robarts Ito. Minha vida universitária jamais seria a mesma sem vocês. Nunca esquecerei dos aniversários, das pizzas, dos bares, das festas e de outras formas de reunião em que nos divertimos muito! Jamais esquecerei daquela festa de aniversário surpresa! Também agradeço imensamente por terem confiado nas minhas palavras durante as diversas reuniões de estudo. Sinceramente, acho que se não fosse por essas reuniões, jamais teria descoberto o prazer de ensinar aquilo que aprendi. Por tudo, por toda esta Jornada que nós passamos, muito obrigado, meus amigos. Muito obrigado por terem feito minha vida universitária mais feliz e terem criado comigo memórias maravilhosas.

Gostaria de agradecer também aos professores da FCLAR que me deram aula, me ensinaram e me orientaram. Sou muito grato pelas aulas que prenderam minha atenção e interesse e me estimularam a estudar mais a fundo por conta própria. Agradeço pela confiança que tiveram em mim. Ainda que o professor Gianpaolo Dorigo não tenha me dado aula na faculdade, sou muito grato a ele também, pois sem ele, talvez jamais teria descoberto o meu interesse por História. Isto, juntamente com minha “aptidão” com matemática e interesse diverso em outras disciplinas, me levaram a escolher o curso de Economia (quando a inscrição do vestibular da Unesp estava preste a acabar!). Durante o curso de Ciências

Econômicas da Unesp, pude confirmar que tinha feito a escolha certa. Como minha irmã me disse um dia: “você se descobriu na Economia”. Por isto, a todos vocês professores que me ensinaram, obrigado por terem me ajudado a me tornar um Economista.

Por fim, agradeço a todas as outras coisas que também me proporcionaram felicidade.

Obrigado

Araraquara, Janeiro de 2015

“Em nossa democracia, a educação racionalista é a nossa fé”

Gunnar Myrdal – Economista sueco

RESUMO

A Suécia está entre os países desenvolvidos que mais obtiveram êxito na construção do seu Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*). Esta instituição amadureceu durante os “Anos Dourados” do Capitalismo (1945 – 1975). O sucesso na sua construção pode estar ligado a uma série de fatores, como: o contexto internacional de Bretton Woods; as raízes históricas do país, com suas especificidades institucionais, econômicas e sociais; a atuação do Partido Social Democrata sueco, que contou com a participação de Gunnar Myrdal, um grande pensador econômico e um dos maiores teóricos referentes ao *Welfare State*; o Modelo Rehn-Meidner, que foi elaborado na década de 1950 e visou crescimento econômico, pleno emprego, controle inflacionário e equalização da renda simultaneamente através de políticas macroeconômicas contracionistas, Políticas Ativas no Mercado de Trabalho e Política de Salário Solidário. Dado tudo isto, o objetivo desta pesquisa é entender o processo de desenvolvimento do país e do seu *Welfare State*, analisando as medidas adotadas no período de 1950 a 1975, com particular interesse em identificar as possíveis influências que o Modelo Rehn-Meidner e o pensamento econômico e político de Gunnar Myrdal tiveram na escolha das políticas que contribuíram para o desenvolvimento do país. Além disso, será analisado o ambiente internacional da época, bem como a História da Suécia, com a finalidade de identificar se e como outros fatores contribuíram para o desenvolvimento socioeconômico da Suécia e do seu Estado de Bem-Estar Social.

PALAVRAS-CHAVE: Gunnar Myrdal, Modelo Rehn-Meidner, Suécia, *Welfare State*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I - Abordagens Teóricas: Gunnar Myrdal, Gösta Rehn e Rudolf Meidner.....	12
I.1 O Pensamento de Gunnar Myrdal: Social Democracia e Institucionalismo	12
I.2 O Modelo Rehn-Meidner	20
CAPÍTULO II - A Suécia.....	27
II.1 Raízes Históricas da Suécia e Mudanças no Século XIX	27
II.2 Ascensão do Partido Social Democrata Sueco e o Casal Myrdal.....	30
II.3 Transformações no Pós-Guerra.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
BIBLIOGRAFIA.....	51

ÍNDICE DE GRAFICOS E FIGURAS

Figura 1: “Curva de Myrdal”	17
Gráfico 1: Taxa de Câmbio (Coroa Sueca/Dólar Americano).....	36
Gráfico 2: Taxa de Juros (Taxa de Redescuento).....	37
Gráfico 3: Transações Correntes e Reservas Internacionais.....	37
Gráfico 4: Receitas, Despesas e Saldo Orçamentário Corrente.....	38
Gráfico 5: Orçamento Corrente e Orçamento Capital.....	39
Gráfico 6: Investimento Público.....	39
Gráfico 7: Composição da Receita Governamental.....	40
Gráfico 8: Crescimento, Inflação e Desemprego.....	41
Gráfico 9: Crescimento, Inflação e Desemprego.....	41
Gráfico 10: Evolução da Distribuição de Renda.....	42
Gráfico 11: Gasto Público em Bem-Estar Social (Em relação ao PIB).....	46

INTRODUÇÃO

Historicamente, o Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) surgiu em algumas economias capitalistas avançadas entre o final do século XIX e início do XX (CHANG, 2004). Todavia, apenas após a 2ª Guerra Mundial tal instituição seria efetivamente estabelecida e difundida entre os países ocidentais ricos, assumindo a forma moderna de um *Welfare State* evoluído (MYRDAL, 1962; HOBBSBAWN, 1995).

Segundo Myrdal (1962), o Estado de Bem-Estar Social ideal seria caracterizado por ser:

- Democrático, respeitado, comprometido com avanços sociais, planejador e com elevado nacionalismo e intervenção estatal direta no seu estágio inicial;
- Aquele que apresentaria boa cooperação entre governo central, governos locais, empresas e diversos tipos de organizações, tais como comunidades locais e sindicatos;
- Aquele que estabeleceria estrategicamente metas de desenvolvimento, visando atingir todas as regiões e grupos sociais do país para garantir e aprimorar as áreas de: habitação, educação, saúde, previdência social, emprego, distribuição de renda e riqueza e oferta de demais bens e serviços de utilidade pública¹.

A ascensão da Social Democracia na política possibilitou o desenvolvimento do *Welfare State*. Após a Grande Crise de 1929, a experiência nazista, duas grandes guerras e a ascensão da União Soviética, os partidos políticos nas economias capitalistas avançadas não hesitaram em cooperar para concretizar diversas reformas sociais que deveriam ser implementadas pelo governo. Ademais, o fato disto não prejudicar a dinâmica de uma economia de mercado fez com que tal caminho fosse visto como uma alternativa em relação ao modelo soviético, caracterizado por uma economia totalmente planejada e estatal (HOBBSBAWN, 1995).

Dentre os diversos modos de organização econômica e social que existiram, o Estado de Bem-Estar Social pode ser considerado um paradigma histórico, pelo fato de proporcionar avanços sociais simultaneamente com progresso econômico. Daí o interesse aqui em realizar uma análise minuciosa sobre os fatores que contribuíram para a sua constituição.

¹ Bens e serviços de utilidade pública: Energia, água, saneamento básico, telecomunicações e transporte.

Primeiramente, deve-se distinguir os tipos de *Welfare State* que se desenvolveram nas economias capitalistas: alguns foram mais “liberais”, como nos Estados Unidos, caracterizado por uma legislação trabalhista relativamente fraca e poucos benefícios concedidos aos desempregados; outros foram mais provedores, como na região nórdica, marcado por uma extensiva rede de seguridade social e elevada tributação sobre a riqueza e as rendas elevadas (LINDBECK, 2003). Dado que o Estado de Bem-Estar Social dos países nórdicos se aproximou mais com a visão de Myrdal (1962), convém direcionar nossa atenção para um dos países dessa região: a Suécia. Os motivos desta escolha são listados abaixo.

A Suécia é um país desenvolvido que apresenta uma economia próspera com significativos avanços sociais, suas instituições são bem funcionais, há um respeito mútuo entre os cidadãos e é um dos poucos países que conseguiu preservar um *Welfare State* relativamente sólido. Alguns dados atuais confirmam seus avanços: em 2013, seu IDH foi de 0,898, o PIB *per capita* foi de US\$ 43.201,00 (PPP - 2011), o Coeficiente de Gini foi de 0,25 e aproximadamente 50% do orçamento público foi destinado para as áreas de saúde, educação e proteção social.

Além disto, este é o país de origem de Gunnar Myrdal², um economista de expressiva relevância intelectual e que desenvolveu ideias referentes ao Estado de Bem-Estar Social, sendo elas apresentadas em sua obra: *Beyond the Welfare State: Economic Planning and Its International Implications* (1960)³. Ele também é considerado um dos responsáveis pela construção do *Welfare State* sueco, já que fez parte do Partido Social Democrata sueco (TILTON, 1992).

Outro fator interessante na Suécia pode ser observado a partir da década de 1950, quando foi elaborado o Modelo Rehn-Meidner, cuja finalidade era permitir que o país apresentasse crescimento econômico com inflação controlada, pleno emprego e equalização da renda (ERIXON, 2008).

A partir do que foi exposto, procuraremos identificar os fatores que possam ter contribuído para o desenvolvimento tanto do país quanto do *Welfare State* sueco. Tal esforço seguirá, em parte, a ideia de Adelman (2000): não existe uma única variável-chave que explica o sucesso de algo; não há apenas uma forma de avaliação de sua performance; a

² Karl Gunnar Myrdal (1898 – 1987) nasceu na Suécia, graduou-se em Direito pela Universidade de Estocolmo e, posteriormente, seguiu os estudos em economia na mesma instituição. Myrdal foi professor universitário, membro do Parlamento da Suécia, membro do Conselho de Diretores do Banco Central da Suécia, Ministro do Comércio, Presidente da Comissão de Planejamento Sueca, Secretário Executivo da Comissão Econômica para Europa das Nações Unidas e prêmio Nobel de Economia em 1974.

³ Em português: *O Estado do Futuro: O Planejamento econômico nos Estados de bem-estar e suas implicações internacionais* (1962)

trajetória de desenvolvimento não é igual e log linear para todos os países. Assim, investigaremos a História da Suécia, a fim de identificar suas particularidades e o grau de influência dos fatos anteriores à década de 1950, de modo a verificar o nível de *path-dependence* existente. Além disto, levaremos em conta o cenário econômico internacional do período de 1950 a 1975, uma vez que tal época de prosperidade econômica foi singular para a economia mundial. Por fim, buscaremos identificar se as medidas econômicas e sociais implementadas no país tiveram uma influência considerável de Gunnar Myrdal e se, durante o período de 1950 a 1975, estavam de acordo com as propostas do Modelo Rehn-Meidner.

No primeiro capítulo serão apresentados os fundamentos teóricos do pensamento de Gunnar Myrdal e do Modelo Rehn-Meidner. No segundo capítulo, discorreremos brevemente sobre as raízes históricas da Suécia, apontaremos as principais transformações do século XIX e detalharemos os principais fatos e ações dos anos 1930 em diante. Complementarmente, serão expostas estatísticas de 1950 a 2000 a fim de mensurar o desempenho de diversas variáveis selecionadas entre 1950 e 2000: PIB, desemprego, inflação, distribuição de renda, gasto em bem-estar social etc. Iremos analisar o desempenho das variáveis entre 1950 e 1975, comparando com sua trajetória de 1975 a 2000. Por fim, serão lançadas as considerações finais.

CAPÍTULO I

Abordagens Teóricas: Gunnar Myrdal, Gösta Rehn e Rudolf Meidner

I.1 O Pensamento de Gunnar Myrdal: Social Democracia e Institucionalismo

O pensamento político de Gunnar Myrdal apresentou duas fases: uma antes e outra depois de conhecer Alva Myrdal⁴. Da mesma forma, o seu pensamento econômico também passou por duas fases: uma antes e outra depois da sua visita aos Estados Unidos em 1930. Dado que Gunnar Myrdal passou a incorporar os princípios da Social Democracia após ter conhecido Alva Myrdal e o pensamento econômico Institucionalista após viajarem juntos para os Estados Unidos - quando teve contato com a Escola Institucionalista⁵ -, o presente estudo será restringido a esta fase, principalmente porque ela se tornou a principal linha de pensamento de Gunnar Myrdal⁶ (ADAIR, 1992; STREETEN, 1992; CARLSON, 2013).

A análise institucionalista de Gunnar Myrdal é caracterizada por ser multidisciplinar, interdisciplinar e holística, sendo voltada para entender e resolver algum problema. Considera-se que há vários tipos de variáveis no sistema, sendo que elas estão interconectadas (diretamente ou indiretamente), de modo que, quando uma sofre mudança, as outras podem ser afetadas em maior ou menor grau, resultando, possivelmente, num

⁴ Alva Reimer Myrdal (1902 – 1986) foi socióloga e política. Ela conheceu Karl Gunnar Myrdal em 1919 e se casaram em 1924. Na época em que se conheceram, ela já tinha inclinações Social Democrata e estava preocupada com a pobreza. Ela encorajou o jovem Gunnar Myrdal a estudar economia e, provavelmente, foi a pessoa que influenciou a refletir e incorporar os princípios da Social Democracia. Ela também fez parte do Partido Social Democrata sueco, foi membro do Parlamento sueco e elaborou diversas políticas sociais, com destaque na sua atuação na área educacional. Além disto, Alva Myrdal também atuou na arena internacional como chefe do Departamento de Bem-Estar Social da ONU (1949), diretora do Departamento de Estudos Sociais da UNESCO (1950 – 1955) e como diplomata do seu país. Em 1982, Alva Myrdal recebeu o Prêmio Nobel da Paz.

⁵ Deve-se ressaltar que Myrdal não aceitou imediatamente o pensamento Institucionalista americano, o qual criticava pela falta de fundamentação teórica e pelo seu “empirismo ingênuo”. Ele apenas se tornará adepto quando os pilares teóricos da corrente Institucionalista ficariam mais firmes (ressaltando a importância das instituições) e sua análise aperfeiçoada. Apesar disto, sua atuação política nos anos 1930 já indicava elementos do seu pensamento Institucionalista. (ADAIR, 1992; STREETEN, 1992)

⁶ A primeira fase do pensamento político de Gunnar Myrdal, até aproximadamente 1919, foi marcada por ser nacionalista, antidemocrática e antiliberal, apesar de conter alguns elementos da corrente Iluminista. O Estado teria prioridade frente ao indivíduo e deveria ser composto por uma elite intelectual que atuaria para disciplinar as massas e fortalecer a nação. Já a primeira fase do seu pensamento econômico, entre 1920 – 1930, foi marcada pelas suas preocupações relacionadas à teoria econômica. Ainda assim, Myrdal sempre se manteve crítico à teoria Neoclássica tradicional, principalmente em relação à sua metodologia, por desconsiderar diversos fatores não-econômicos relevantes, focar na análise estática, adotar pressupostos irrealistas e tentar manter uma “neutralidade” política ou de julgamento de valores. Myrdal acreditava que toda teoria formulada carregava consigo valores morais, sendo isto significativamente influente na elaboração e implementação de políticas, rejeitando a ideia de que o livre mercado geraria progresso econômico e bem-estar social (TILTON, 1992; VELUPILLAI, 1992; CARLSON, 2013).

processo circular e cumulativo. Além disto, como a natureza de algumas variáveis é distinta, a análise não pode se restringir ao uso de apenas uma área do conhecimento, isto é, exige uma abordagem multidisciplinar e deve considerar a possibilidade de haver mais de um fator explicativo, sendo que não necessariamente tais fatores seriam da mesma área de estudo (MYRDAL, 1978; ADAIR, 1992).

Dadas estas características, a análise de um problema deve ser ampla, sem tratamento especial sobre um único fator e considerar que o sistema é aberto, dinâmico e não-linear, ou seja, sujeito a mudanças exógenas e endógenas ao longo do tempo, sendo muito difícil realizar previsões (MYRDAL, 1978; ADAIR, 1992). Logo, a análise do problema deve ser mais qualitativa do que quantitativa, mas isto não significa que a quantificação deve ser desprezada, isto é, o uso de métodos estatísticos e matemáticos para auxiliar as pesquisas é bem-vindo, mas deve-se reconhecer suas limitações e necessidade de aperfeiçoamento. Ademais, as especificidades da região e da época de cada caso investigado também devem ser consideradas na análise. Uma vez realizado tal tipo de estudo, cabe ao Estado tomar iniciativas, adotando políticas planejadas e racionais e promovendo diversas mudanças positivas nas instituições e na estrutura socioeconômica do país, resolvendo diversos problemas e evitando seu agravamento - ou surgimento de novos problemas - no futuro (MYRDAL, 1978; LALONDE, 1992; TILTON, 1992).

Um exemplo simples que pode ilustrar este raciocínio é em relação ao problema da pobreza: uma pessoa se encontra em tal condição porque é analfabeta, se alimenta mal, possui uma saúde frágil, raramente consegue arranjar um emprego (e se consegue, recebe muito pouco) etc. Ou seja, tal pessoa é pobre porque é pobre. Este estado resulta de um conjunto de fatores (político, econômico, cultural etc.) e circunstâncias que conduzem o indivíduo a tal situação, impedindo-o de superar tal dificuldade, persistindo o problema e tornando-o pior, levando a pessoa ficar presa no círculo vicioso da pobreza. Além disto, as forças de mercado não atuam para melhorar tal situação, sendo então necessária a intervenção estatal (planejada) para superar tais dificuldades, quebrar este círculo vicioso e promover um ciclo virtuoso da riqueza (MYRDAL, 1978; CHOSSUDOVSKY, 1992). Quanto o Estado fornece meios para melhorar a nutrição, a saúde, a educação do indivíduo etc., criam-se condições para este obter emprego, auferir renda e melhorar sua condição de vida, além de incrementar a produtividade do seu trabalho. Além de beneficiar o sujeito, a sociedade também é favorecida, já que tais ações contribuem para a redução da pobreza geral e de outros distúrbios sociais, como atos violentos. Ademais, as empresas passam a ter acesso a mão de obra mais produtiva e de maior qualidade e a um ambiente mais estável para

ampliar seus negócios. Por fim, o aumento da renda agregada proporciona mais recursos para o Estado, o que lhe permite aprimorar e expandir seus programas sociais. Portanto, apenas o Estado possui os meios necessários para superar as diversas barreiras econômicas, sociais, culturais etc. e impulsionar o desenvolvimento de um país.

A partir desta visão Institucionalista e baseado nos seus princípios políticos-ideológicos, Gunnar Myrdal defendeu um Estado democrático (com sufrágio universal), com reconhecimento (credibilidade), comprometido com o interesse coletivo e com o progresso social (com especial atenção aos socialmente e economicamente vulneráveis), racional, intervencionista, planejador (tanto na área econômica quanto social) e integrado (boa relação entre poder central e local). Tal Estado deveria alavancar reformas sociais, atuar ativamente na economia e promover mudanças institucionais para melhorar a vida de cada cidadão. Em síntese, Myrdal propôs um Estado de Bem-Estar Social.

Segundo ele, o Estado de Bem-Estar Social é resultado de um longo processo histórico. Antes do estabelecimento do *Welfare State*, as intervenções por organizações públicas e privadas sobre o Mercado possuíam um caráter *ad hoc*, motivações limitadas e, geralmente, não estavam ligadas ao interesse geral e comum. Na medida em que foram ocorrendo mudanças, os conflitos de interesses (coletivos *versus* privados) foram se intensificando e as intervenções tiveram que alterar seu perfil, de modo a considerar as demandas sociais impulsionadas pela pobreza e intensa desigualdade. As crescentes intervenções, a democratização do poder político e as mudanças socioeconômicas criaram as condições para o desenvolvimento do *Welfare State*.⁷

Devido às transformações internas e globais nas estruturas econômicas, políticas e sociais, o planejamento estatal se fez necessário e as intervenções precisaram se tornar coordenadas e racionais, adotando uma visão mais ampla, metas e previsões de curto e longo prazo. Assim, tais intervenções estatais, através da implementação de políticas, normas e leis nas áreas econômicas e sociais, devem aprimorar a estrutura socioeconômica e desenvolver as instituições necessárias para a defesa do interesse geral e comum.

Portanto, a atuação do Estado passa a incorporar múltiplas formas: elaboração e execução de planos e políticas, realização de investimentos, administração de projetos e/ou companhias, aprimoramento da legislação e da constituição, ampliação, aplicação e garantia

⁷ As principais mudanças (interna e externa) que aceleraram o processo de construção do *Welfare State* foram a consolidação de um regime político democrático (sufrágio universal) e os abalos econômicos externos, como a Crise de 1929, que tornou visível a necessidade de um Estado mais atuante e planejador. Além disto, a desconcentração do poder econômico e político foi outro pré-requisito indispensável para a construção do Estado de Bem-Estar social.

das leis e dos direitos. As áreas de atuação se tornam extensas: educação; saúde; segurança; habitação; infraestrutura e utilidade pública; emprego; seguridade; redistribuição de renda e riqueza; assistência aos doentes, incapacitados, idosos e crianças. O Estado também passa a atuar mais ativamente na esfera da produção (produtor e regulador), além de regular mercados de bens e serviços, de trabalho e financeiro.

Desta forma, o Estado de Bem-Estar Social traria benefícios para toda a sociedade como um todo. A pobreza seria mitigada, as disparidades sociais reduzidas, as oportunidades amplificadas e o padrão de vida aumentaria, pois a população teria acesso à educação (básica e superior), saúde (hospitais e remédios), transporte (principalmente público), água, energia, habitação, saneamento básico, emprego (ou outra atividade remunerada), segurança etc. Os trabalhadores passariam a ter as horas de trabalho limitadas, salários compatíveis com um padrão de vida digno, férias remuneradas, melhores condições de trabalho, seguro desemprego, seguro de acidentes, aposentadoria etc. Os empresários seriam favorecidos com trabalhadores mais qualificados, ambiente político, social e econômico estável, crescimento econômico, proteção dos direitos de propriedade privada etc. Ao mesmo tempo, os hábitos e as atitudes se modificariam (modo de consumo, relações sociais, senso de responsabilidade etc.) o nacionalismo tornar-se-ia crescente, várias associações se desenvolveriam e as relações entre governo central, governo local, comunidades e organizações locais, empresários, trabalhadores etc. amadureceriam, integrando o país (fortalecendo o senso de comunidade e cooperação), harmonizando interesses e tornando mais coordenadas e efetivas as várias medidas implementadas (MYRDAL, 1962; GILL, 1992). Todos esses avanços seriam observados em uma economia regulamentada e dentro de um regime político democrático, que respeita as leis e a constituição.

Entretanto, para sustentar esse extenso conjunto de iniciativas públicas sem causar problemas nas contas públicas e instabilidade macroeconômica, o sistema tributário precisaria ser aperfeiçoado no seguinte sentido: taxaço proporcionalmente maior sobre as riquezas e as grandes rendas (inclusive lucros); aplicação de tributos indiretos para regulamentar a demanda; estabelecimento de contribuições (ou vinculações) para fundos de investimento; aprimoramento dos mecanismos de arrecadação; e transparência. De acordo com Myrdal, o controle inflacionário era fundamental para manter a estabilidade social, política e econômica. A instabilidade nos níveis de preços prejudicaria o poder de compra, a distribuição de renda, a produção e os investimentos, levando a distúrbios sociais e instabilidade política (MYRDAL, 1962; LALONDE, 1992).

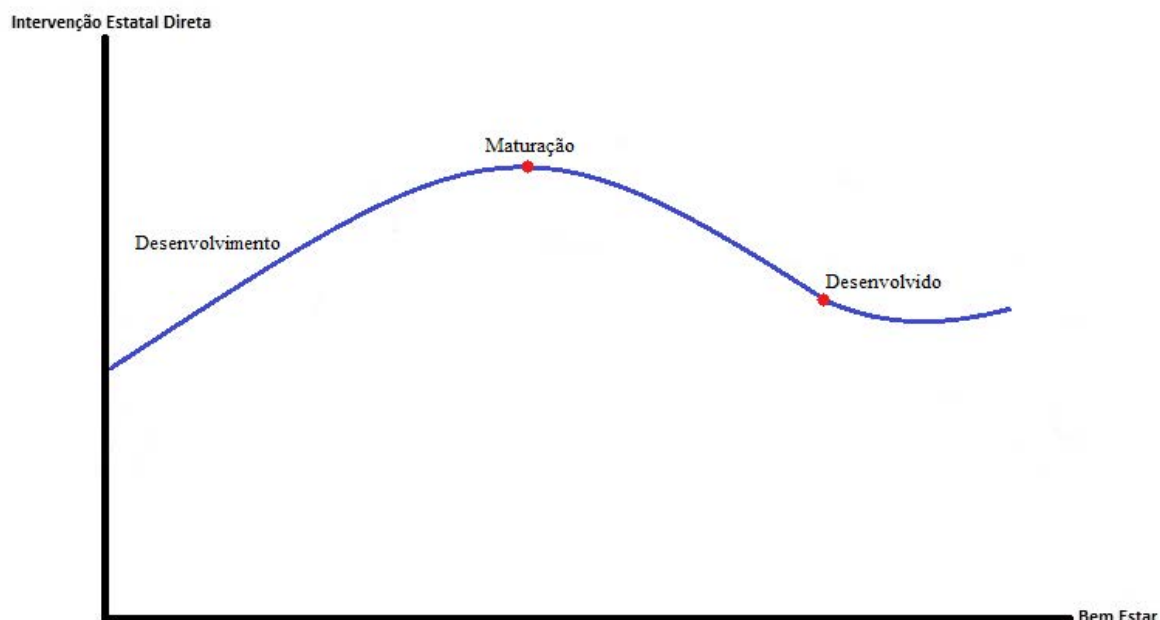
Portanto, a reforma tributária seria fundamental para a execução e sustentação dos programas de governo sem resultar em persistentes déficits públicos e pressões inflacionárias. Todavia, ela não seria suficiente. Dois outros fatores determinantes para a estabilidade inflacionária, de modo a não causar desemprego e outras perdas sociais, seriam o grau de instrução/educação dos indivíduos e a capacidade das organizações de consumo contrabalancearem o poder de mercado das empresas. Tais organizações deveriam ser sólidas e inclusivas, de modo que sua atuação serviria para impedir que as empresas aumentassem seus preços sucessivamente e abusivamente. Já a educação deveria proporcionar melhor compreensão por parte dos produtores nas escolhas e mudanças de preço, já que aumentos sucessivos na tentativa de obter maiores rendimentos causariam efeitos adversos sobre a estrutura político-socioeconômica como um todo (MYRDAL, 1962; LALONDE, 1992).

A partir de um determinado grau de maturação das estruturas econômica, social, política e institucional, o país estaria integrado, os hábitos modificados e a intervenção direta por parte do Estado passaria a ser menos necessária, favorecendo a descentralização de tarefas e redução burocrática, concedendo maior espaço aos governos locais e aos participantes da sociedade para atuarem de forma mais autônoma e cooperativa, fortalecendo-os e harmonizando tanto os interesses pessoais quanto o coletivo. No estágio “final” (Estado de Bem-Estar Social plenamente desenvolvido), o poder central atuaria numa proporção menor (na forma de auxílio), com seu papel restringido a: administração e fornecimento de bens e serviços sociais, de utilidade pública e infraestrutura, controle de empresas estatais, regulamentação econômica, defesa nacional, garantia das leis e dos direitos e eventuais arbitragens em acordos e negociações. Vale ressaltar que tais tarefas deveriam ser realizadas em cooperação com os governos locais, comunidades locais, organizações e outros setores da sociedade, sendo imprescindível a participação dos cidadãos.

Nas palavras de Gunnar Myrdal:

A terceira fase poderia, assim, representar uma diminuição real da intervenção estatal. A hipótese é um fortalecimento contínuo do autogoverno provincial e municipal, e um crescimento equilibrado da infraestrutura de organizações de interesses coletivos. Isso, por sua vez, pressupõe uma participação e controle intensificados, por parte dos cidadãos, e exercidos em ambos os campos (MYRDAL, 1962, p.105).

A evolução do grau de intervenção direta pelo Estado, do bem estar social, das instituições e da estrutura socioeconômica pode ser ilustrada pela imagem abaixo:



Fonte: Elaboração Própria. MYRDAL, G. **O Estado do Futuro**: o Planejamento econômico nos Estados de bem-estar e suas implicações internacionais. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

No ponto “desenvolvido” do *Welfare State*, a estrutura política-socioeconômica estaria aperfeiçoada assim como todo o aparato institucional necessário, garantindo que cada cidadão estivesse protegido e socialmente, economicamente e politicamente incluído. Neste “estágio”, a educação teria proporcionado (e continuaria a proporcionar) a formação de cidadãos conscientes e ativos, estimulando a sua participação em organizações e nos assuntos públicos ligados tanto ao seu país quanto à sua comunidade local. Em síntese, teríamos uma sociedade civil democrática, cooperativa, solidária, ativa e livre. Nas palavras de Myrdal, teríamos o surgimento da “Cultura do Bem-Estar” (MYRDAL, 1962).

A concretização deste tipo de sociedade dependeria, em boa parte, de uma educação universal do mais alto nível e da facilidade ao acesso a informação (divulgação dos meios de comunicação). A educação básica deveria promover a cidadania (construção de valores e consciência sobre direitos e deveres), ajudar a economia e proporcionar os elementos necessários para que cada pessoa pudesse ser capaz de pensar, tomar suas decisões conscientemente e discutir sobre diversos tipos de assuntos. Já a educação superior e profissional deveria ser mais voltada para atender as demandas da sociedade, necessitando de mais investimentos em cursos que pudessem gerar profissionais que o país precisasse

(oferta escassa e demanda elevada). Os meios de comunicação deveriam divulgar assuntos cruciais (por exemplo: reforma tributária) para manter os cidadãos informados sobre diversas questões. Entretanto, a indústria de comunicações tende a omitir assuntos que vão contra seus interesses. Por este motivo, a educação teria um peso muito maior.

Nas palavras de Gunnar Myrdal:

[...] o progresso tem de confiar na educação. O indivíduo deve ser levado a conhecer os fatos sociais mais detidamente, inclusive os seus próprios interesses e os ideais que acalenta em um nível mais profundo de sua esfera de avaliações. Com isso ele se tornará mais “livre da propaganda” [...] À medida que melhora seu conhecimento objetivo da comunidade nacional onde vive, não será mais desviado pela oligarquia do poder, e ele reformará a tributação e tudo o mais. Ao passar a compreender suas próprias aspirações e as condições de seus cidadãos semelhantes, também sentirá uma solidariedade maior para com todos os grupos, mesmo os pequenos, divididos e infelizes, na comunidade nacional (MYRDAL, 1962, p. 123).

Para proteger e fortalecer o Estado de Bem-Estar Social, os cidadãos deveriam fiscalizar o governo, acompanhar suas decisões e participar ativamente dos assuntos públicos, na elaboração de regulamentações e nas decisões de diretrizes públicas (local e/ou nacional) para defender seus interesses e o interesse público. Isto porque, sem a participação popular, o Estado poderia ser dominado por grupos poderosos e passaria a defender e garantir tais interesses privados, gerando ganhos pessoais ilícitos, corrupção, ineficiência na gestão de recursos, ineficácia das leis e reformas, retrocesso social, insatisfação etc. Logo, o direito político do indivíduo deveria ir além do direito ao voto, devendo ser exercido de forma direta (participativa), fortalecendo as relações políticas comunitárias, a democracia e o espírito cooperativo. Esta seria uma peça fundamental no pensamento de Gunnar Myrdal.

Uma outra característica destacada por Myrdal do *Welfare State* no estágio “desenvolvido” é sobre as diferenças entre empresas (setores produtivos) estatais e privadas. Segundo ele, elas seriam mínimas pois todas as firmas estariam sujeitas a regulamentações e acabariam sendo obrigadas a atuar, praticamente, da mesma forma: ser dirigidas tanto pela busca do lucro quanto pelo o retorno social, administrar seus recursos (financeiros, materiais e humanos) eficientemente, manter transparência e respeitar as leis. As empresas deveriam revelar sua contabilidade, discutir sobre ela e incluir os trabalhadores (ou seus representantes) nas principais decisões relativa ao futuro da empresa. Em algumas áreas e situações, a destinação dos lucros poderia ser regulamentada por lei a fim de atender as estratégias da política socioeconômica. Além disto, os lucros sofreriam dupla tributação: uma sobre o lucro bruto e outra após a distribuição aos acionistas (como renda pessoal). Os

bancos, seguradoras e outras entidades financeiras deveriam cooperar com o banco central e o Tesouro Nacional para manter os mercados financeiros estáveis (ou corrigi-los em eventuais instabilidades). Em síntese, teríamos uma economia regulamentada (pelos cidadãos e com parâmetros racionais), no qual o desenvolvimento institucional contribuiria para a vigência de leis e acordos (justos e equitativos) que harmonizam os interesses, assegurando que as empresas operassem (também) em favor do interesse social, tornando-as, praticamente, publicamente controladas (MYRDAL, 1962).

Pelo fato do Estado de Bem-Estar Social proporcionar tantos ganhos aos seus cidadãos, os sentimentos nacionalista e protecionista cresceriam dentro da população. Isto, ao mesmo tempo que contribuiria para o fortalecimento de laços cooperativos e solidários entre os cidadãos do país, poderia gerar antipatia ao setor externo (principalmente pela incerteza sobre suas ações e a dificuldade de reivindicação e controle), resultando em menor cooperação em nível global. Entretanto, Myrdal enxergava tal postura como irracional. Se ela perdurasse, cada país agiria sem se importar com as consequências que os outros sofreriam e as relações internacionais entrariam em atrito. No final, o povo de cada país arcaria com as consequências negativas de tal atitude irresponsável. Por este motivo, dever-se-ia educar cada cidadão para que pense também em termos internacionais, de modo a difundir a “Cultura do Bem-Estar” a nível global, harmonizando as políticas, estabelecendo acordos justos e igualitários e fortalecendo a cooperação internacional (MYRDAL, 1962).

Nas suas palavras:

Depois do Estado do Bem-Estar nacional ter passado a existir e depois de ter fincado suas amarras com firmeza nos corações dos povos que, nas democracias do mundo ocidental, possuem força política, não há outra alternativa para a desintegração internacional, a não ser a começar, pela cooperação e acomodação mútua internacionais, a construir o Mundo do Bem-Estar (MYRDAL, 1962, p. 180).

A partir de tudo que foi exposto, percebe-se que o pensamento de Gunnar Myrdal contém muitos elementos idealistas (praticamente utópicos). Porém, ele estava ciente disto. As suas ideias foram elaboradas a partir de seus valores: Liberdade, Igualdade, Fraternidade, Democracia e Racionalidade (LALONDE, 1992; PELTIER, 1992). Além disto, ele também reconhecia que ainda havia uma longa trajetória que teria que ser percorrida para estabelecer o Estado de Bem-Estar Social “desenvolvido”. Entretanto, Gunnar Myrdal acreditava que cada país procuraria desenvolver o seu próprio *Welfare State* (com suas particularidades) até

internacionalizar tal instituição por meio do fortalecimento das relações externas⁸. Aos seus olhos, o *Welfare State* era visto como um modelo em que todos se beneficiavam e, por este motivo, conciliaria interesses e faria com que (todas) as pessoas buscassem concretizá-lo. Portanto, Myrdal manteve uma visão bem otimista, acreditando no melhor lado da racionalidade humana.

Ademais, isto também possui relação com o fato de Gunnar Myrdal acreditar que todo o ser humano possuía valores/princípios, sendo que suas escolhas e ações (assim como objetivos e meios) seriam determinadas a parti disto (PELTIER, 1992; ROSIER, 1992). Assim, as atitudes privadas e pública (formulação e implementação de políticas) estariam condicionadas aos princípios/valores embutidas nelas. Talvez este seja o motivo que levou Gunnar Myrdal a elaborar todo o pensamento referente ao *Welfare State*, com o objetivo de disseminar tal ideia e, assim, permitir que cada pessoa pudesse contribuir para a sua concretização.

I.2 O Modelo Rehn-Meidner

O Modelo Rehn-Meidner foi desenvolvido nos anos 1950 por dois economistas do sindicato sueco: Rudolf Meidner e Gösta Rehn. Tal modelo foi projetado para países pequenos, que possuem vantagens na questão de mobilidade interna e integração política, como a Suécia, e em ambiente de câmbio fixo, mostrando consideração ao contexto internacional da época: Bretton Woods. Ele tinha como objetivo proporcionar crescimento econômico, pleno emprego, inflação controlada e equalização da renda simultaneamente, sendo que tais resultados seriam alcançados através de três políticas: Políticas Ativas no Mercado de Trabalho (PAMT), Política de Salário Solidário (PSS) e Políticas Macroeconômicas Restritivas (ERIXON, 2008). Além disto, o sucesso também dependeria do compromisso e consenso entre sindicatos trabalhistas e grupos empresariais, que deveriam cooperar entre si e pensar na comunidade inteira (GILL, 1992). Por fim, vale ressaltar que estas políticas deveriam ser aplicadas simultaneamente e coordenadamente, devido às suas características complementares e por possuírem mais de um objetivo.

As políticas macroeconômicas deveriam ser contracionistas, no médio prazo, quando a economia estivesse aquecida. Já em ambiente de recessão, tais políticas deveriam ser

⁸ Em relação aos países do Terceiro Mundo, Myrdal considerava imprescindível o apoio internacional de países desenvolvidos e organizações para essas economias superarem diversas barreiras até serem capazes de construir seus próprios *Welfare States*.

expansionistas. Mas, na medida em que a economia se recuperasse e voltasse a se estabilizar, dever-se-ia buscar o equilíbrio orçamentário, com posterior geração de poupança pública, e retomar o controle sobre a concessão de crédito. Portanto, a política fiscal restritiva tinha como objetivo controlar a inflação e gerar poupança pública, que serviria para a execução de políticas industriais e programas sociais, e a política monetária contracionista deveria ajudar no controle da inflação e na manutenção da taxa de câmbio (ERIXON, 2008).

O mecanismo de controle inflacionário segue o seguinte raciocínio: as medidas restritivas contribuiriam para o controle da demanda agregada, da margem de lucro e, assim, da inflação. Segundo o modelo, a adoção de políticas macroeconômicas expansivas, em um contexto de pleno emprego e demanda agregada elevada, levariam algumas empresas a obterem margens de lucros enormes. Assim, tais firmas demandariam mais trabalhadores, realizando novas contratações e oferecendo maiores salários e pagamento de horas extras, na expectativa de maiores retornos futuros. Como se supõe que os trabalhadores se preocupam principalmente com o nível de salário relativo aos outros, caso houvesse disparidades salariais, isto levaria a reivindicações por parte daqueles que estariam ganhando relativamente menos. Logo, as firmas que não estivessem obtendo enormes margens de lucros seriam obrigadas a elevar os salários de seus funcionários, aumentando os seus custos de produção, sendo que tal pressão seria repassada aos preços e desencadearia pressões inflacionárias. Isto geraria uma queda geral no salário real, reestabelecendo o nível de salário relativo. Todavia, as empresas mais lucrativas buscariam defender suas margens de lucros. Desta forma, elas manteriam sua capacidade financeira e poderiam aumentar os salários de seus funcionários, reiniciando o ciclo. Este fenômeno foi chamado de “Espiral Salarial Inflacionária”⁹.

A partir deste raciocínio, as medidas restritivas, ao controlarem a demanda agregada, impediriam o surgimento de assimetrias nas margens de lucros das firmas, eliminando a possibilidade de desvios salariais que pudessem levar à inflação. Além disto, evitariam também aumentos salariais incompatíveis com a produtividade dos trabalhadores, bem como conflitos internos que poderiam surgir entre eles e enfraquecessem as relações trabalhistas.

Entretanto, tais políticas contracionistas poderiam gerar desemprego e queda real dos salários. Devido a isto, pensou-se em combater tais efeitos via Políticas Ativas no Mercado de Trabalho. As PAMT foram elaboradas para aprimorarem o mercado de trabalho (tanto o lado da oferta quanto o da demanda), promover mudanças estruturais, garantir o pleno

⁹ Em inglês: Inflationary wage-wage spiral.

emprego e estabelecer incrementos salariais compatíveis com a produtividade, de modo a ajudar no controle inflacionário sem prejudicar o crescimento econômico (ERIXON, 2008).

As PAMT foram divididas basicamente em três medidas (KRUEGER, 1994; GILL, 1992; ERIXON, 2008):

- Orientação da oferta de trabalho: programas de treinamento, reciclagem de mão de obra, educação vocacional e benefícios/subsídios localizados;
- Compatibilização entre demanda e oferta de trabalho: serviços públicos de informação sobre a disponibilidade de vagas de emprego (qual região, setor e empresa) e medidas para preencher tais vagas;
- Orientações e estímulos para geração de emprego em certas regiões, indústrias e firmas: subsídios de emprego e criação de empregos públicos.

A educação vocacional contribuiria para a formação de profissionais mais produtivos e criativos, voltados para setores que dependem de trabalhadores qualificados. Os programas de treinamento e reciclagem contribuiriam para melhor e mais rápida adaptação na firma ou no setor. Os benefícios localizados (por exemplo: vale transporte, vale alimentação, mais dias de férias remuneradas etc.) tornariam mais atraente trabalhar em determinada firma, setor e/ou região.

As agências públicas de serviço de informação ajudariam os desempregados a encontrarem emprego fornecendo informações como: vagas, empresas, setores, região, remuneração etc. Quanto ao preenchimento das vagas disponíveis, haveria diversas medidas de apoio (informacional e financeiro), como: arranjo e preparo para entrevista, ajuda no custo de mudança, facilidades para moradia etc.

Por fim, os subsídios de emprego para determinadas empresas estimulariam estas a contratarem mais trabalhadores. Além disto, o próprio setor público poderia atuar na geração de empregos em determinada região. Entretanto, o fator mais determinante na orientação da demanda por trabalho estaria ligado à estratégia de desenvolvimento do país, principalmente pela política industrial.

A partir de tais medidas, as PAMT tornariam o mercado de trabalho mais dinâmico, possibilitariam maior mobilidade dos trabalhadores e manteriam o pleno emprego. Desta forma, eliminariam os riscos de queda salarial e baixos níveis de remuneração. Além disto, os subsídios e a melhora qualitativa da oferta de trabalho (maior produtividade) compensariam as firmas.

Como último pilar do Modelo Rehn-Meidner, temos a Política de Salário Solidário. Ela deveria estabelecer salários iguais para empregos idênticos, independente da região,

indústria ou firma. As diferenças salariais seriam determinadas por funções diferentes que exigissem maior qualificação e/ou envolvessem maiores riscos. O seu objetivo era construir uma estrutura salarial mais equitativa e justa, de modo a fortalecer as relações trabalhista e evitar a formação da “Espiral Salarial Inflacionária”. Um elemento fundamental para sua eficácia estava na boa e sólida relação entre trabalhadores e empregadores, pois isto possibilitaria negociações salariais coordenadas. Ademais, a PSS dependia também tanto das políticas macroeconômicas restritivas quanto das PAMT: as primeiras, ao limitar as margens de lucros, evitariam reivindicações desiguais entre trabalhadores, enquanto as últimas, ao manter a força de trabalho empregada e progressivamente aprimorada, auxiliariam na construção de uma estrutura salarial mais justa e crescente, além de proporcionar melhores condições de negociações para os trabalhadores (GILL, 1992; ERIXON, 2008).

Além disto, a PSS, combinada com as políticas macroeconômicas restritivas, também causaria impactos sobre a estrutura produtiva, através de um “processo seletivo” de empresas. Ao estabelecer remunerações igualitárias, isto pressionaria os custos das firmas ineficientes, obrigando-as a inovarem ou racionalizarem (reduzir os custos de produção). Caso não conseguissem, tais firmas estariam condenadas à falência, sendo isto considerado como um “incentivo” para elas se modernizarem. Ademais, em casos de falências, haveria liberação de recursos para serem realocados nas firmas mais competitivas, levando à concentração industrial. Todavia, tal realocação dependeria da eficácia das PAMT (ERIXON, 2000; HÖGFELDT, 2005).

Em síntese, podemos ilustrar o funcionamento teórico do Modelo Rehn-Meidner da seguinte forma:

- Para o controle inflacionário, as políticas macroeconômicas restritivas limitariam as margens de lucros das firmas e, juntamente com a PSS, evitariam a ocorrência de desvios salariais e a formação da “Espiral Salarial Inflacionária”. Paralelamente, as PAMT contribuiriam para o aumento da produtividade do trabalho, compatibilizando-o com os salários e ajudando as empresas;
- Para a manutenção do emprego, teríamos a utilização da poupança pública para execução de políticas industriais e programas sociais, dinamizando a atividade econômica. Junto a isto, as PAMT contribuiriam para a geração de emprego;
- Para a geração de crescimento econômico, as mesmas medidas para a manutenção do emprego contribuiriam para o aumento da renda. Ademais,

considera-se que a economia já se encontraria aquecida, caso contrário, as políticas fiscal e monetária seriam expansivas. Outro fator que também poderia favorecer o desempenho econômico seria o aumento da competitividade das empresas, “incentivadas” pela PSS;

- Para a equalização da renda, a combinação entre a PSS e as PAMT fornecem uma estrutura salarial equitativa e crescente.

Uma vez apresentado o Modelo R-M, podemos discorrer algumas observações e críticas em relação a ele.

Primeiramente, para manter a taxa de câmbio fixa, o banco central do país precisaria apresentar elevados níveis de reservas internacionais para ter capacidade de conversão e garantir credibilidade ao mercado. Além disto, o país não poderia apresentar déficits elevados e persistentes em transações correntes. Desta forma, a presença de saldos positivos no balanço de pagamentos (sem muita dependência das captações pela conta financeira) seria desejável, a fim de manter acúmulos de reservas. Entretanto, quando o banco central adquirisse divisas, *ceteris paribus*, a oferta monetária no país aumentaria. Devido a isto, tal entidade precisaria realizar operações de esterilização para, ao menos, manter a oferta monetária fixa, assegurando a estabilidade cambial. Tal mecanismo é condizente com a sugestão de restrição monetária do Modelo R-M.

Em relação à condição de país pequeno, deve-se ressaltar que a integração política proporcionaria maior cooperação entre governo central e governos locais, permitindo melhor coordenação entre as políticas adotadas. Ademais, tal integração precisaria ter sido realizada previamente e as medidas implementadas deveriam fortalecê-la. Já a mobilidade de pessoas, recursos materiais e capital, dependeriam do nível de desenvolvimento da infraestrutura, de moradias e dos serviços de utilidade pública, tanto em nível nacional quanto local, sendo relativamente mais fácil e rápido desenvolvê-las num país com área geográfica menor.

Um elemento passível de crítica do Modelo R-M está em relação aos efeitos das políticas restritivas e da PSS sobre as margens de lucro. Se a lucratividade dos investimentos estivesse restringida, por que os empresários investiriam? O empresário poderia utilizar seu capital em aplicações financeiras (ganhos de capital em operações especulativas, aplicação em títulos da dívida pública, aplicações em mercados estrangeiros, etc.) ou investir em outros países que apresentassem estabilidade política e econômica, oferecessem diversos incentivos, possuíssem um mercado atraente e um desenvolvimento razoável da sua infraestrutura. Mesmo sob a hipótese de que a economia doméstica se encontrasse aquecida, gerando boas expectativas por parte do empresário, seus retornos futuros poderiam estar

limitados. A partir deste raciocínio, quais fatores poderiam explicar a iniciativa de investimentos internos? Talvez, os motivos que poderiam sustentar os investimentos doméstico seriam: a existência de restrições sobre investimentos e aplicações externas, baixo retorno (líquido) de aplicações financeiras interna, acordos implícitos que obrigariam a realização de investimentos doméstico, sentimento nacionalista e o cenário internacional da época (expansão do comércio internacional, crescimento econômico de várias nações e ondas de inovações tecnológicas). Além disto, a pressão da PSS sobre os custos de produção poderia ser outro elemento que poderia estimular investimentos, seja para a sobrevivência de algumas empresas, seja para as grandes empresas adquirirem maior poder mercado.

Entretanto, algumas ressalvas devem ser feitas com relação às pressões da PSS. Primeiramente, os efeitos da PSS sobre as empresas são assimétricos: para as empresas de grande porte, competitivas e/ou lucrativas, a PSS não pressionaria seus custos de produção; pelo contrário, impediria aumento salariais e permitiria maiores margens de lucro. Em segundo lugar, a PSS poderia desencadear um “efeito dominó” de falências: dado que as empresas são clientes e/ou fornecedoras de outras empresas (incluindo bancos), a quebra de várias empresas simultaneamente (por conta das pressões da PSS) poderia comprometer as receitas e/ou fornecimentos de outras firmas, gerando dificuldades na atividade econômica interna, principalmente quando consideramos que ela está aquecida. Ademais, isto também poderia comprometer as relações econômicas externas. Portanto, para um funcionamento adequado da PSS, sem gerar este cenário pessimista, ela deveria ser anunciada com antecedência, fornecendo um tempo para as empresas se adaptarem, e complementada por outras medidas além da PAMT para controlar ou evitar este possível “efeito dominó”.

Como observações finais, enquanto o Modelo R-M responsabiliza as acelerações inflacionárias pelas elevadas margens de lucros desiguais, que gerariam desvios salariais entre trabalhadores quando a economia estivesse aquecida (levando à Espiral Salarial Inflacionária) e defende políticas macroeconômicas restritivas, PSS e PAMT para controlar a inflação, a visão de Gunnar Myrdal difere do modelo. Para ele, as pressões inflacionárias estariam mais ligadas ao conflito distributivo na busca de maiores rendimentos do que nas diferenças de lucratividade. Ademais, as restrições macroeconômicas seriam insuficientes para controlar a inflação, sendo preciso reforma tributária e avanços institucionais (melhora educacional e fortalecimento de organizações de consumo) para solucionar de vez o problema de inflação elevada.

Por outro lado, tanto Gunnar Myrdal quanto o Modelo R-M atribuem um papel significativo ao Estado para o desenvolvimento do país. Entretanto, Myrdal destaca seu

papel na adoção de medidas e mudanças sociais e institucionais (planejamento, seguridade social, regime tributário, regulamentação econômica, estrutura política, desenvolvimento de organizações, educação, cidadania, princípios, hábitos e atitudes etc.) assim como os múltiplos efeitos ocasionados por elas. Já o Modelo R-M ressalta a importância e as consequências da aplicação simultânea e coordenada das suas três políticas (políticas macroeconômicas restritivas, Políticas Ativas no Mercado de Trabalho e Política de Salário Solidário) e, implicitamente, da necessidade de cooperação entre sindicatos trabalhistas e grupos empresariais.

CAPÍTULO II

A Suécia

II.1 Raízes Históricas da Suécia e Mudanças no Século XIX

Podemos iniciar nossa análise sobre a História da Suécia a partir do século XIV, quando foi proclamada a “Carta Magna Sueca”, que estabeleceu leis que deveriam ser respeitadas pela Monarquia e por todas as classes, sendo que as exceções deveriam ser discutidas e aprovadas pelos seus representantes por unanimidade (NORDBERG, 1995). As tradições feudais, como o regime de servidão, pouco se desenvolveram devido à inexistência de uma nobreza poderosa e influente, além dos poderes da Igreja e da Monarquia serem limitados. Isto possibilitou que a comunidade camponesa fosse relativamente livre¹⁰ (quando comparada com outras regiões da Europa), possuindo terras e tendo autonomia sobre elas. Devido a isto, o regime de propriedade coletiva de terra predominou até a segunda metade do século XVIII¹¹. Tal fato permitiu que as comunidades locais tivessem alguma autonomia em relação ao poder central, sendo que do século XV em diante, a classe camponesa se engajava mais nas discussões políticas, em nível local, organizando assembleias, aperfeiçoando sua capacidade de negociação e expondo sua importância econômica (LINDKVIST, 1993; ÖSTERBERG, 1993; ROJAS, 2005).

Deste modo, uma “cultura de engajamento político” foi construída desde cedo, sendo comum a população se reunir e praticar o diálogo político, tanto para criar resistência popular quanto para estabelecer compromissos. A partir do século XVI, tal classe conquistou uma representação importante no parlamento, tornando a relação entre governo e camponeses mais próxima. Disto, emergiram negociações e acordos para solucionar questões econômicas, possibilitando o desenvolvimento de uma cooperação entre Estado e população e propiciando maior integração. Além disto, a homogeneidade étnica (mínimas diferenças de religião e língua) contribuiu para a existência de poucas guerras internas, favorecendo a integração nacional e a ascensão do nacionalismo sueco (LINDKVIST, 1993; ÖSTERBERG, 1993; ROJAS, 2005).

¹⁰ Deve-se ressaltar que apenas a comunidade camponesa tinha direitos e deveres, mas o camponês (indivíduo) não possuía direitos (ANDERSSON & GUNNARSSON, 2006).

¹¹ Entretanto, o período de 1650 – 1670 pode ser visto como uma exceção. Durante este período, houve aumento da concentração de terras por parte da classe aristocrática devido às dificuldades financeiras do Estado (HECKSCHER, 1954; ANDERSSON & GUNNARSSON, 2006).

Devido a estes fatores, o Estado-Nação da Suécia foi estabelecido sem grandes oposições e conflitos. O Estado moldou sua credibilidade e obteve confiança da sociedade, possibilitando a construção de um aparato institucional funcional desde cedo, como um sistema administrativo extensivo com capacidade para coletar e organizar dados econômicos e demográficos para auxiliar na coleta de tributos; um Banco Central, que desde sua criação até os dias de hoje manteve-se sob a administração do parlamento; uma Igreja e um Clero subordinados à Coroa, permitindo que o povo fosse relativamente alfabetizado; direitos de propriedade sobre a terra distribuídos, tornando a distribuição de terras mais igualitária e evitando a formação de uma classe rentista (ROJAS, 2005; ANDERSSON & GUNNARSSON, 2006).

Gradualmente, o setor público iria evoluir e o regime político ia se tornar mais inclusivo, atendendo diversas demandas sociais, trilhando um caminho de conquistas sem recorrer à via revolucionária (diferentemente de muitas partes do mundo). A trajetória evolutiva do Estado sueco seguiria a via da cooperação entre governo central e comunidades camponesas locais (evitando a ascensão de uma nobreza privilegiada), com compromissos entre Estado e sociedade, fortalecendo o senso de comunidade para superar dificuldades. Entretanto, ainda que a trajetória sueca possa ser vista como pacífica e progressista, isto não significa que a população sueca não tenha enfrentado dificuldades.

O século XIX foi um período turbulento marcado por transformações radicais na esfera econômica e política, no estilo de vida e nas relações sociais. A atividade agrícola sofreu um *boom*, o mercado interno se tornou mais dinâmico, o comércio exterior expandiu, a atividade manufatureira progrediu até eclodir na industrialização, a economia cresceu significativamente, o padrão de vida das pessoas aumentou, o crescimento populacional foi expressivo e as cidades modernas emergiram. Ao mesmo tempo o país presenciou diversos problemas, como a ascensão da pobreza, da desigualdade, da violência etc. Devido a tudo isto, o Estado precisou implementar um conjunto de reformas econômicas, sociais e institucionais para superar os novos desafios (ROJAS, 2005; ANDERSSON & GUNNARSSON, 2006).

As transformações que culminaram no século XIX tiveram início a partir da segunda metade do século XVIII, quando se iniciaram as reformas sobre distribuição de terras (1750 – 1830), que modificaram o modo de organização econômica agrícola e a estrutura social do país. As terras comuns foram divididas em pequenas propriedades privadas e a atividade agrícola tornou-se mais voltada para o mercado. Na medida que tal atividade se expandia, a atividade manufatureira acompanhava o ritmo e o mercado doméstico tornava-se mais

dinâmico. Assim, a população passava a consumir mais e o seu padrão de vida melhorava, levando a um intenso crescimento populacional no período entre 1750 e 1850. Entretanto, as atividades econômicas existentes não foram capazes de absorver toda população, além de algumas não oferecerem remunerações adequadas. Conseqüentemente, surgiram alguns grupos pobres, a desigualdade aumentou e a mobilidade geográfica se intensificou (ROJAS, 2005; ANDERSSON & GUNNARSSON, 2006).

Diante deste cenário paradoxal de geração de riqueza e miséria, o Estado precisou promover um conjunto de medidas: alterou a legislação, com pequenos avanços na área de seguridade social e no mercado de trabalho; reformou o sistema educacional, tornando o ensino básico compulsório, fundando escolas técnicas e ampliando universidades, sendo que o ensino em engenharia e ciência passaram a ganhar mais importância e, posteriormente, o ensino sobre negócios; realizou massivos investimentos em infraestrutura (financiado com capital estrangeiro) em especial na área de transporte (rodovias, ferrovias, canais de navegação e portos) e telecomunicações (serviços postais e telégrafos); formou parcerias público-privadas etc. (CHANG, 2004; ROJAS, 2005; ANDERSSON & GUNNARSSON, 2006).

É interessante notar que não houve necessidade de revolução para alavancar tais reformas. Tais ações estatais não sofreram grandes oposições, seja porque não havia uma elite local poderosa e influente, seja porque a máquina pública sueca era sólida e possuía credibilidade.

Com o crescimento da demanda internacional por matérias-primas e alimentos, o Estado sueco liberou o comércio entre 1830 e 1870. Neste meio tempo, em 1850, o país passou por um surto industrial, marcado pela expansão das indústrias têxtil e de matéria-prima. Entretanto, a postura do governo em relação ao livre comércio mudou a partir de 1880¹², adotando medidas protecionistas tanto na atividade agrícola quanto na área manufatureira (CHANG, 2004; BOHLIN, 2005). É neste período que culminou a revolução industrial sueca: ascensão das indústrias de ferro, fertilizantes, alimentos, ferramentas e equipamentos para agricultura, serraria, etc. Já em 1890, teve-se a industrialização pesada: indústrias de engenharia, mecânica, papel/celulose, química, bens de consumo industriais etc. (ANDERSSON & GUNNARSSON, 2006; LENNART, 2009).

¹² Tal mudança pode ser explicada pela queda dos preços internacionais em 1875 e pela queda dos custos de transporte, pressionando as atividades domésticas suecas.

Os fatores que contribuíram para o sucesso da industrialização foram: a existência de um Estado firme e confiável, a reforma educacional, os investimentos em infraestrutura, o protecionismo, as parcerias público-privadas e o mercado interno aquecido. Paralelamente ao processo industrialização, a urbanização avançava. Se em 1870 tal sociedade era marcada por ainda ser agrária, esta imagem mudou em 1910.

Ainda que o Estado tenha implementado reformas durante o século XIX, a desigualdade socioeconômica ainda persistia (apesar de ser relativamente baixa quando comparada aos outros países). No final deste século, os movimentos populares, em particular o trabalhista, se mostravam mais fortes e se infiltrariam na política no início do século XX.

Em síntese, essas são as principais características históricas deste país. Como pôde ser visto, o fato da classe camponesa na Suécia ter possuído a maior parte das terras permitiu que ela fosse relativamente livre, tivesse alguma participação política desde cedo e impediu a ascensão de uma elite parasitária, contribuindo para a estruturação de um governo comprometido com o seu povo desde cedo e fortalecendo sua credibilidade. Ao mesmo tempo, possibilitou a construção de laços cooperativos entre Estado e sociedade para superar desafios nacionais, aumentando o senso de comunidade entre os suecos e tornando desnecessária a eclosão de uma revolução para obter conquistas. Junto a isto, a homogeneidade étnica facilitou a integração do país e fortaleceu o espírito nacionalista sueco. Todos estes fatores permitiram que o Estado pudesse implementar um conjunto de medidas adequadas ao longo do século XIX sem grandes dificuldades e oposições. Nas primeiras décadas do século XX, tais fatores levariam o Estado a atender as pressões populares, se tornar plenamente democrático e fundar o Estado de Bem-Estar Social, que seria visto como um projeto nacional de orgulho sueco. Portanto, podemos considerar que há alguns elementos únicos e relevantes na trajetória deste país, de modo que é possível afirmar haver um certo grau de *path-dependence* na construção do *Welfare State* sueco.

II.2 Ascensão do Partido Social Democrata Sueco e o Casal Myrdal

No início do século XX, a Suécia já se apresentava como uma sociedade industrial e urbanizada. Durante este século o setor público sueco sofreu uma expansão considerável e as estruturas socioeconômicas se transformaram profundamente.

A partir de 1910, como resultado das pressões do movimento trabalhista, a legislação trabalhista apresentou alguns avanços: lei de proteção ao trabalhador, pensões básicas, seguros de acidentes, sistema de alívio a pobreza e melhoras no sistema de alívio ao

desemprego (HERLITZ, 1989). A partir de então, houve um reconhecimento por parte dos partidos sobre a importância do papel do Estado em implementar reformas para tratar das questões sociais (ROJAS, 2005). A diferença estava no tipo e no grau das reformas.

Apesar disto, nos anos 1920, a economia sueca apresentou grande instabilidade: taxa de desemprego elevada durante toda a década e amplificação das desigualdades regionais e setoriais (ANDERSSON & GUNNARSSON, 2006). Em parte, isto pode ser explicado pelo cenário internacional do período, que foi marcado por diversas dificuldades em várias economias, como a britânica, a francesa e a alemã, e pelo precário funcionamento do padrão ouro (EICHENGREEN, 2000). Apesar disto, em 1921, houve progresso institucional com a adoção do sufrágio universal (CHANG, 2004). Com o *Crash* de 1929, a economia entrou em colapso, a população ficou mais vulnerável e aumentou a tensão social. Diante deste quadro, o Partido Social Democrata sueco (*SPA: Social-Demokratiska Arbetarepartiet*) ganhou força e popularidade, pois prometia uma nova forma de organização econômica, a instauração de um novo projeto social, o estabelecimento de um sistema racional, planejado, igualitário, justo e harmônico. Vale ressaltar também que o SPA tinha alterado seu caráter no final da década de 1920: de um partido de classes para um partido de causas nacionais (ROJAS, 2005).

Nas eleições de 1932, o SPA saiu vitorioso, sendo que a partir de então iria se manter no poder até os anos 1970 (CARLSON, 2013). Logo no início da década de 1930, o governo adotou políticas anticíclicas para combater os efeitos da grande crise, sendo considerado um dos primeiros (se não o primeiro) a tomar esta iniciativa (MYRDAL, 1962). Em 1931, Gunnar Myrdal e Alva Myrdal tinham se filiado ao SPA e, com a vitória do partido em 1932, ambos não hesitaram em propor reformas sociais radicais na Suécia (TILTON, 1992).

Primeiramente, Gunnar Myrdal passou a pressionar o governo por uma nova política habitacional, pois via a questão de moradia como um problema social sério. Ele argumentava que tal política ajudaria no combate a crise e geraria benefícios no longo prazo. Mas talvez a sua principal preocupação, juntamente com Alva Myrdal, esteve ligada à questão populacional e sobre as condições de cuidado e educação da criança (TILTON, 1992).

Na época, a Suécia apresentava uma significativa queda na sua taxa de natalidade, mostrando tendências de redução da sua população e, conseqüentemente, da sua força de trabalho. Além disto, devido às significativas transformações estruturais que o país sofreu, reconhecia-se que o tipo tradicional de família apresentava dificuldades para cuidar dos seus filhos e educá-los para se adaptarem à moderna realidade socioeconômica, que estava

exigindo indivíduos mais independentes, cooperativos e produtivos (MYRDAL, 1934; TILTON, 1992).

Tanto o problema populacional quanto o de cuidado da criança estavam interligados. Dado que o padrão de vida da sociedade se elevava gradualmente, o custo para manter tal padrão acompanhava a mesma tendência. Assim, mesmo que um casal quisesse ter uma criança, as dificuldades financeiras poderiam se tornar um empecilho ou levariam a criança a crescer de maneira inadequada. Paralelamente, havia também o fato da participação da mulher no mercado de trabalho ter aumentado, sendo que tal conquista não poderia ser sacrificada para regredir aos tempos antigos. Em síntese, ter uma criança envolveria um enorme esforço por parte dos pais e redução nos seus padrões de vida, assim, desencorajando a maioria dos casais a escolher ter um filho (MYRDAL, 1934; TILTON, 1992).

A partir deste diagnóstico, Alva Myrdal e Gunnar Myrdal observaram que nestes tempos modernos, a família não consegue lidar com todos os seus problemas por conta própria, precisando de instituições que possam auxiliá-la. Desta forma, propuseram uma série de reformas sociais que tinham como principais objetivos: reduzir os custos de ter filhos e ajudar no cuidado da criança, assim, possibilitando que a taxa de natalidade pudesse aumentar, além de gerar outros efeitos positivos e prevenir contra futuros problemas sociais e econômicos (MYRDAL, 1934; TILTON, 1992). O programa social do casal Myrdal incluía: pensão infantil; subsídios de moradia; subsídios para alimentação e outras necessidades; assistência médica gratuita; pensão educacional; merenda escolar gratuita; fornecimento gratuito de itens escolares; escolas infantis e creches (ambas públicas e gratuitas); auxílio a mulheres grávidas (TILTON, 1992). Tal programa permitiria que os pais pudessem ter filhos sem afetarem seus padrões de vida, além da mulher não precisar deixar de trabalhar fora, já que as instituições sociais auxiliariam as famílias no cuidado e na educação das crianças (MYRDAL, 1934; TILTON, 1992).

Tais questões e propostas ganhariam maior atenção na esfera política após a publicação da obra *Crisis in the Population Question* (1934), que abordou tais temas de forma mais lúcida, sendo possível identificar alguns traços do pensamento Institucionalista que Gunnar Myrdal acabara de ter contato nos Estados Unidos.

As reformas focavam, principalmente, no aprimoramento das instituições sociais. Ao realizar isto, não apenas os problemas mencionados inicialmente (taxa de natalidade e cuidado da criança) seriam resolvidos, como também surgiriam externalidades positivas. Uma delas seria a formação de uma nova geração mais preparada para a modernidade. Dado que as áreas de saúde e educação seriam aperfeiçoadas, isto permitiria gerar uma força de

trabalho mais produtiva e criativa no futuro, assim, contribuindo para a economia do país (MYRDAL, 1982). Como tal geração seria mais produtiva, a remuneração oferecida a ela poderia ser maior, possibilitando um aumento no seu padrão de vida. Além disto, a educação adequada fornecida desde o início proporcionaria uma geração com maior consciência social, cooperativa, solidária e com comprometimento nacional. Em outras palavras, o cuidado adequado da criança levaria também à formação de cidadãos.

Em síntese, a execução de programas sociais poderia gerar *spillovers* socioeconômicos positivos: aumento na produtividade, redução do desemprego, aumento da renda, maior igualdade de renda e riqueza, melhora no padrão de vida, redução da pobreza, queda da criminalidade etc. Desta forma, haveria a possibilidade de formar um ciclo virtuoso: melhoras sociais levando a melhoras na economia que levaria a mais melhoras sociais etc., tornando os investimentos sociais mais produtivos do que qualquer outro tipo de investimento (TILTON, 1992). Ademais, ao solucionar os problemas sociais, isto evitaria que eles se acumulassem e gerassem outros problemas no futuro, assim, tais reformas também possuíam um caráter preventivo (MYRDAL, 1934; TILTON 1992).

Além de terem proposto políticas na área de saúde, educação, habitação e nutrição, outras medidas defendidas pelo casal Myrdal foram: inclusão de pessoas deficientes (fisicamente ou mentalmente) no mercado de trabalho; socialização do consumo via taxação e medidas regulatórias; forte intervenção estatal nos setores de construção e agrícola, com direcionamento público através de incentivos e subsídios (TILTON, 1992).

Todas as suas propostas incorporavam a ideia de planejamento público. Além disto, vale ressaltar que eles defendiam, principalmente, políticas sociais de caráter preventivo mais do que simples medidas de alívio social que ajudam apenas nas situações críticas (desemprego, pobreza etc.). A defesa de políticas preventivas estava pautada na justificativa que elas poderiam evitar uma série de problemas: pobreza, doenças, desemprego, violência etc. Ademais, as reformas que defendiam tinham caráter conciliatório: resolvem problemas no curto prazo, previnem problemas futuros e geram múltiplos benefícios, tanto sociais quanto econômicos, no longo prazo.

A partir do que foi exposto acima, podemos apresentar algumas ações do casal Myrdal que contribuíram para a construção de pilares importantes do *Welfare State* sueco (TILTON, 1992). É bem provável que tais iniciativas desempenharam papéis fundamentais para alavancar o Estado de Bem-Estar Social sueco nos períodos posteriores.

Vale ressaltar que as reformas eram amplamente aceitas pela população. Havia um grande comprometimento em concretizar tal projeto social e nacional. O nacionalismo sueco teve parte importante nisto, sendo que os discursos nacionalistas animavam o povo.

Por fim, no final da década de 1930, em 1938, ocorreu a formação de um pacto histórico (*Saltsjöbaden Accords*) entre os sindicatos dos trabalhadores e os grupos patronais, no qual os empregadores estariam dispostos a realizar grandes investimentos e financiar um generoso *Welfare State*, em troca de reivindicações salariais moderadas por parte dos trabalhadores, além destes passarem a reconhecer o direito exclusivo dos empregadores em gerenciarem suas respectivas firmas (GILL, 1992; CHANG 2004). Tal compromisso foi outro fator essencial para o futuro do Estado de Bem-Estar Social sueco.

II.3 Transformações no Pós-Guerra

Se a Suécia dos anos 1930 e 1940 foi marcada, principalmente, pelas propostas de Alva Myrdal e Gunnar Myrdal, os anos 1950 e 1960 se destacariam pelo plano econômico elaborado por dois economistas do sindicato centralizado sueco: Rudolf Meidner e Gösta Rehn, que se consideravam discípulos de Gunnar Myrdal (ERIXON, 2011).

Ao término da Segunda Guerra Mundial, acreditava-se que a economia entraria em depressão, assim como no Pós-Primeira Guerra. Baseado nesta expectativa, foi elaborado um plano econômico que visava manter o pleno emprego e o crescimento econômico através de políticas monetárias e fiscais expansionistas¹³ (ERIXON, 2000). Entretanto, a rápida recuperação da Europa Ocidental e a eclosão da Guerra da Coreia levariam a economia sueca a um superaquecimento. Para conter a inflação crescente, foram adotadas diversas medidas, tais como: valorização cambial (temporária, pois acabaria prejudicando fortemente o balanço de pagamentos, obrigando a desvalorização), controle de preços, aumento de tributos diretos e indiretos, aumento das regulamentações no setor de construção civil, congelamento de salários e lucros etc. (ERIXON, 2000). Entretanto, tais medidas não se mostraram como as mais adequadas para controlar a inflação, uma vez que geravam efeitos adversos sobre investimentos, indústrias e firmas, além de propiciarem a emergência de conflitos entre membros de organizações trabalhistas, enfraquecendo o movimento trabalhista.

¹³ Estas propostas de políticas expansionistas foram criticadas por Gunnar Myrdal, que via a necessidade de políticas restritivas após o término da 2ª Guerra Mundial (TILTON, 1992).

Diante deste cenário, Rudolf Meidner e Gösta Rehn elaboram o Modelo Rehn-Meidner, que seria implementado pelo SPA ainda na década de 1950 (GILL, 1992; CHANG, 2004; ERIXON, 2008). Como já descrito no capítulo I, o Modelo R-M visava crescimento econômico, pleno emprego, inflação controlada e equalização da renda simultaneamente através de políticas macroeconômicas restritivas, Políticas Ativas no Mercado de Trabalho (PAMT) e Política de Salário Solidário (PSS).

Em relação às PAMT, Erixon (2008) observa que, desde a década de 1950, os gastos da Suécia com estas políticas, tanto em relação ao seu PIB quanto em relação aos gastos governamentais totais foram os maiores comparados aos países da OCDE. Dentre os gastos, os mais significativos foram aqueles ligados a medidas para criar empregos, seguido dos gastos para melhorar elementos ligados à oferta de trabalho e para compatibilizar oferta e demanda. Gastou-se muito pouco com subsídios de emprego. Olson (2007) também afirma que houve um grande comprometimento com as PAMT na Suécia e que os gastos em relação ao PIB foram elevados. Forslund & Krueger (1994) afirmam que houve esforços consideráveis na parte de treinamento e geração de emprego público. Além disto, os fundos de seguro desemprego arrecadavam recursos consideráveis para serem usados para prevenir ou compensar o desemprego.

Nos anuários de estatística publicados pelo *Statistics Sweden*, podemos ver seções específicas que revelam o comprometimento com as PAMT, fornecendo informações como: inscritos em escritórios de emprego, vagas disponíveis por setor, vagas preenchidas, quantidade de empregos públicos criados, quantidade de pessoas que foram auxiliadas por treinamento vocacional etc. Por fim, não podemos esquecer que, desde a década de 1930, as medidas para melhorar a educação e a infraestrutura física e social aprimoraram-se e expandiram-se, contribuindo consideravelmente para a formação de uma geração de trabalhadores mais qualificados e para a mobilidade dos fatores produtivos. Portanto, a aplicação das PAMT parece ter se efetivado com sucesso.

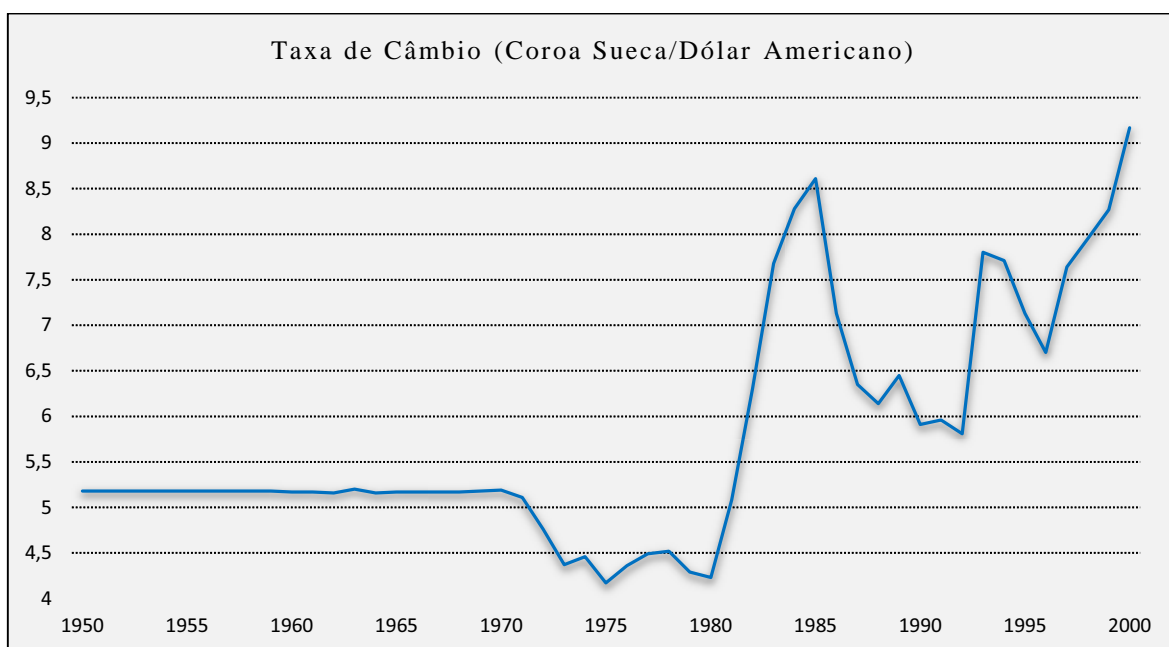
Quanto à PSS, temos algumas divergências sobre a sua aplicação efetiva: por um lado, Erixon (2008) afirma ter ocorrido uma radical equalização salarial de homens e mulheres e entre as indústrias dos anos 1960 até meados de 1970. Gill (1992) também afirma que a PSS foi aplicada e reduziu pela metade as disparidades salariais em menos de 15 anos. Por outro lado, Hibbs Jr. & Locking (2000) afirmam que nos anos 1960 tal política foi desproporcional entre as indústrias, sendo que apenas no final dos anos 1960 ela tomou um rumo mais igualitário. Ademais, ao analisar os dados dos anuários de estatísticas da Suécia fornecido pelo *Statistics Sweden*, de 1950 a 1975, observa-se que havia diferenças salariais

dentro dos setores, entre homens e mulheres e por idade. Entretanto, não há dados que explicitem onde havia diferença salarial (em quais funções). A partir disto, não podemos afirmar com certeza se a PSS foi aplicada conforme o Modelo R-M esperava. Provavelmente, tal política deve ter vigorado de forma imperfeita. Entretanto, sabemos que desde do acordo de 1938 até o final dos anos 1960, os trabalhadores e os empresários de todos os setores mantiveram boas relações.

Em relação às políticas macroeconômicas e os resultados esperados pelo Modelo Rehn-Meidner, iremos avaliar ambos a partir de um conjunto de análises estatísticas.

O primeiro gráfico mostra o comportamento da taxa de câmbio entre 1950 e 2000:

Gráfico 1



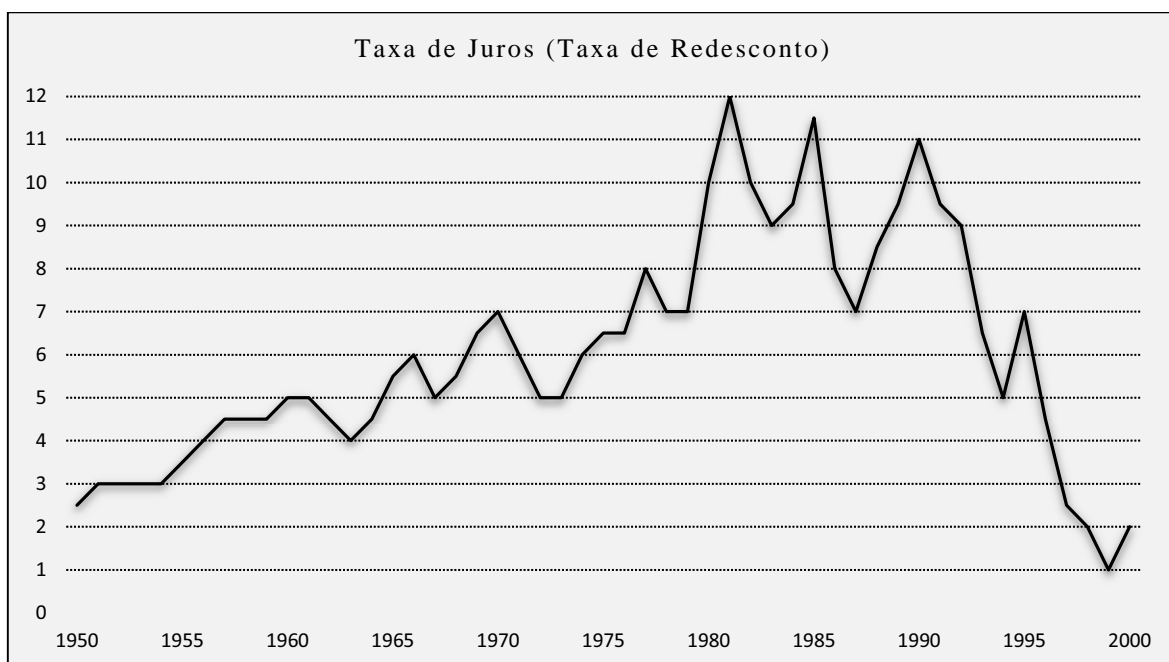
Fonte: Elaboração própria. Anuário Estatístico da Suécia – SCB (“*Statistiska Centralbyrån*” / “*Statistics Sweden*”). Disponível em: <http://www.scb.se/en/Finding-statistics/Historical-statistics/Statistical-Yearbook-of-Sweden/>

Como pode ser observado, a taxa de câmbio se manteve estável até 1971. A partir deste ano, ela passa a flutuar, em razão do fim do regime de câmbio fixo estabelecido pelo sistema de Bretton Woods. Não coincidentemente, o Modelo R-M é abandonado, já que ele foi moldado supondo câmbio fixo.

Em relação à política monetária, podemos avaliá-la pelo comportamento da taxa de redesconto (Gráfico 2) e pela acumulação de reservas internacionais¹⁴ (Gráfico 3):

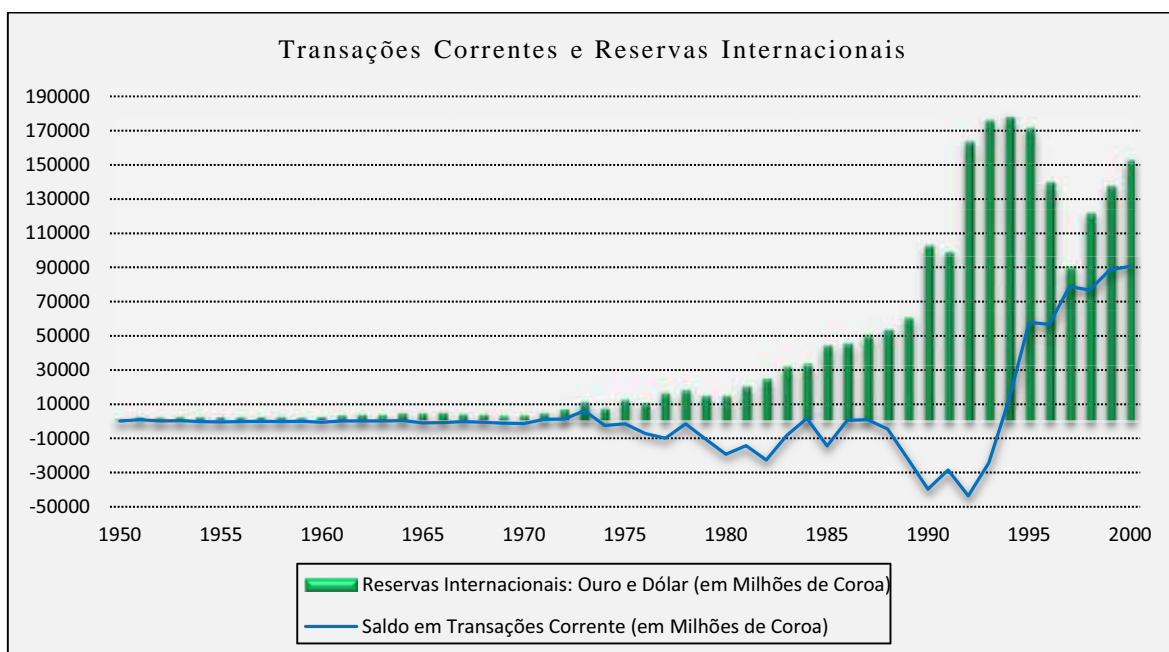
¹⁴ A avaliação da política monetária pelo acúmulo de reservas segue o seguinte raciocínio: quanto mais reservas o banco central acumular, mais liquidez ele estará injetando na economia, a não ser que realize

Gráfico 2



Fonte: Elaboração própria. Anuário Estatístico da Suécia – SCB (“*Statistiska Centralbyrån*” / “*Statistics Sweden*”). Disponível em: http://www.scb.se/em_/Finding-statistics/Historical-statistics/Statistical-Yearbook-of-Sweden/

Gráfico 3



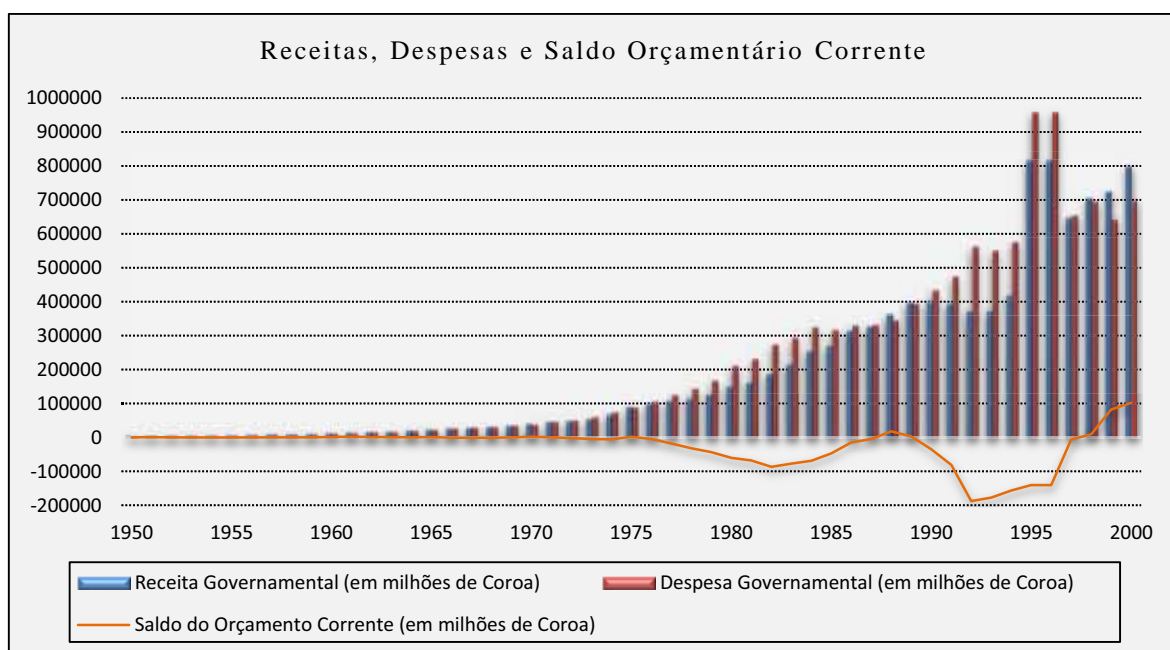
Fonte: Elaboração própria. Anuário Estatístico da Suécia – SCB (“*Statistiska Centralbyrån*” / “*Statistics Sweden*”). Disponível em: http://www.scb.se/en_/Finding-statistics/Historical-statistics/Statistical-Yearbook-of-Sweden/

operações de esterilização para controlar a liquidez. Portanto, se houver aumento do nível de reservas sem aumento da taxa de juros, a quantidade de moeda na economia deve ter aumentado, indicando uma expansão monetária.

De acordo com o gráfico 2, podemos ver uma tendência crescente da taxa de juros até 1981. Além disto, podemos observar, pelo gráfico 3, que o nível de reservas acumuladas até o início da década de 1970 manteve um padrão relativamente estável. Portanto, podemos considerar que a política monetária, em geral, foi restritiva até a década de 1970. As posteriores quedas da taxa de juros e os enormes acúmulos de reservas mostram que a política monetária mudou seu rumo, tornando-se expansionista a partir deste período.

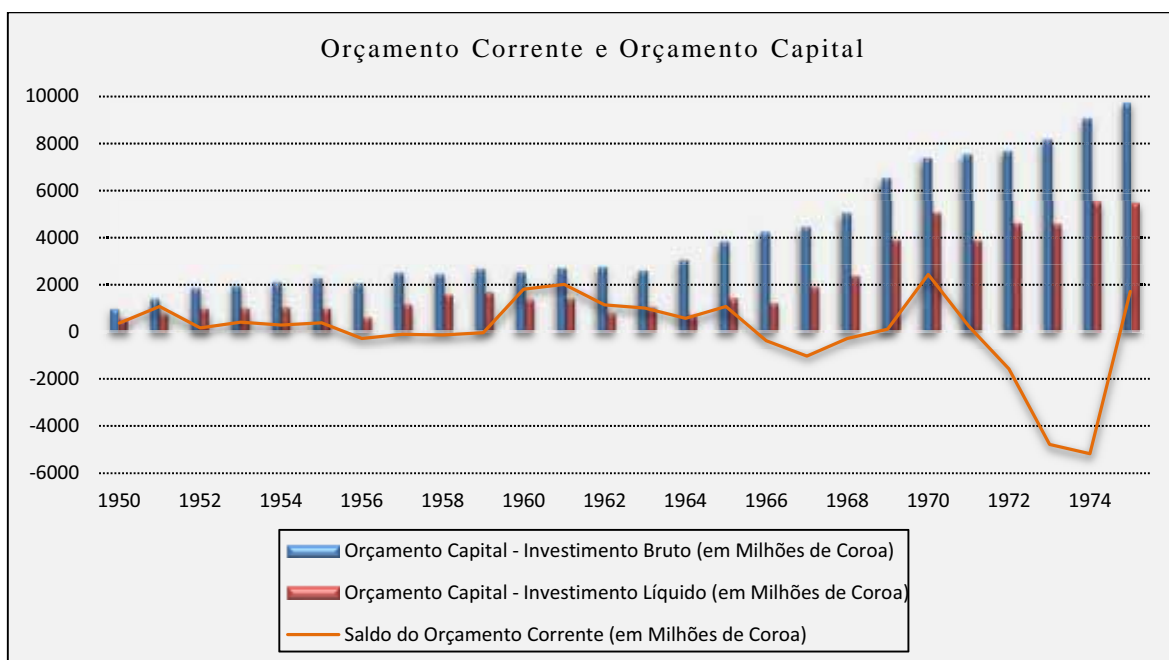
Em relação à política fiscal, analisaremos sua aplicação a partir da arrecadação e do dispêndio governamental: consideraremos que a política fiscal é restritiva quando a arrecadação for superior aos gastos. Em caso de equilíbrio orçamentário, julgaremos que a política fiscal não é restritiva nem expansionista, apesar de estarmos cientes do conceito do multiplicador do orçamento equilibrado.

Gráfico 4



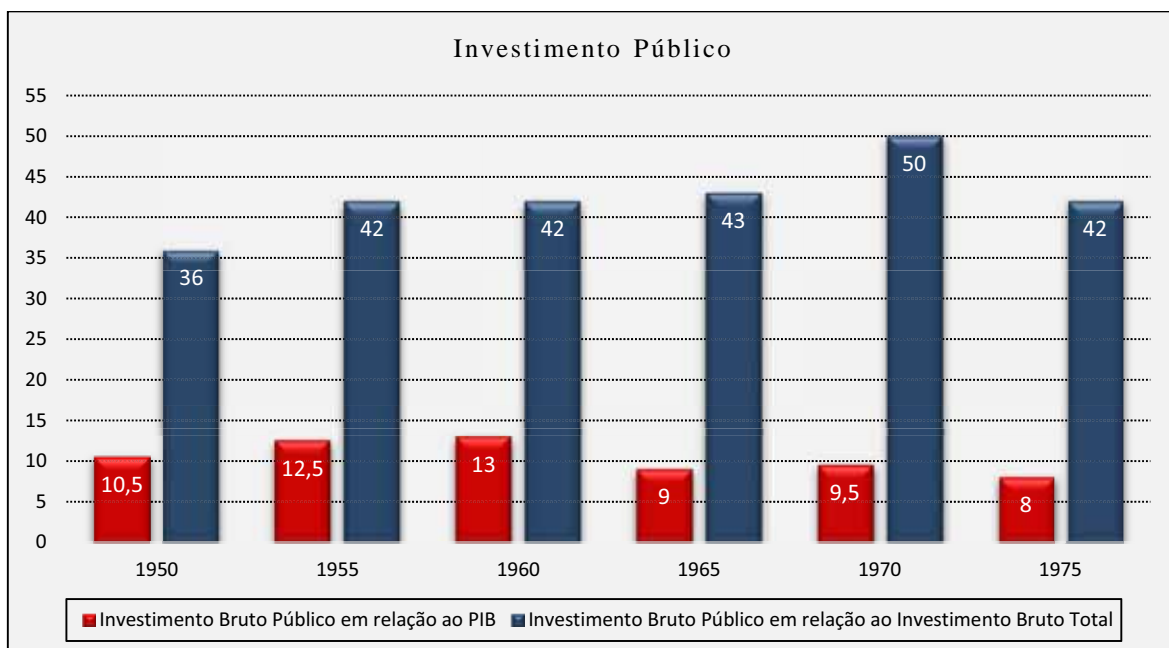
Fonte: Elaboração própria. Anuário Estatístico da Suécia – SCB (“*Statistiska Centralbyrån*” / “*Statistics Sweden*”). Disponível em: http://www.scb.se/en/_/Finding-statistics/Historical-statistics/Statistical-Yearbook-of-Sweden/

Gráfico 5



Fonte: Elaboração própria. Anuário Estatístico da Suécia – SCB (“*Statistiska Centralbyrån*” / “*Statistics Sweden*”). Disponível em: http://www.scb.se/en/_Finding-statistics/Historical-statistics/Statistical-Yearbook-of-Sweden/

Gráfico 6



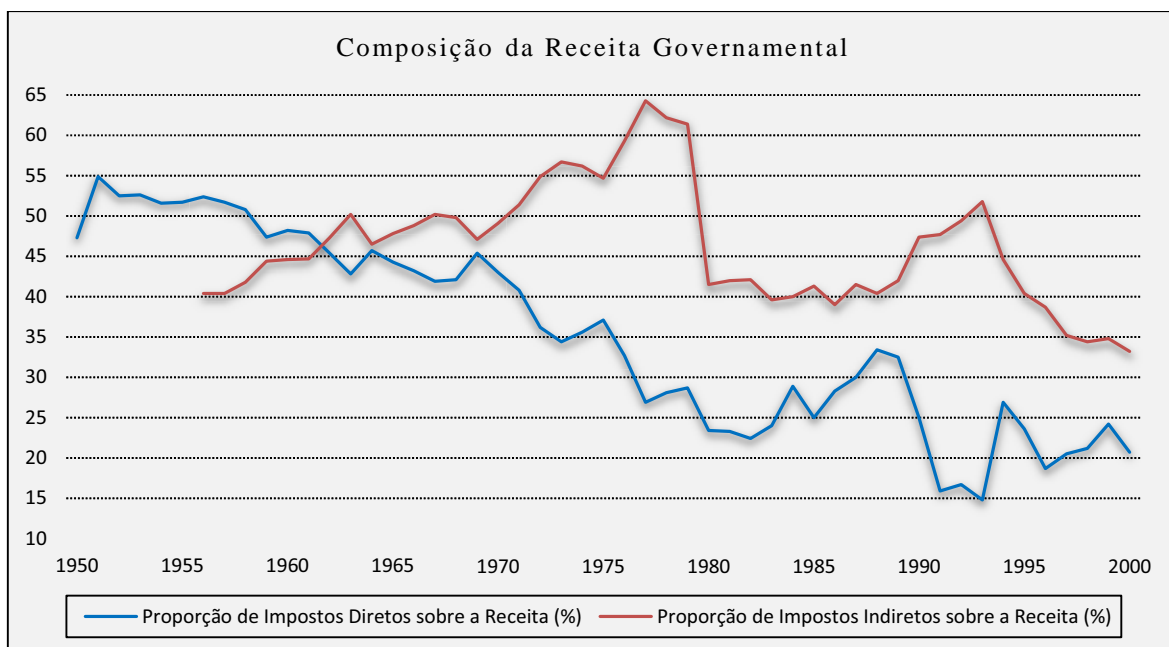
Fonte: Elaboração própria. Anuário Estatístico da Suécia – SCB (“*Statistiska Centralbyrån*” / “*Statistics Sweden*”). Disponível em: http://www.scb.se/en/_Finding-statistics/Historical-statistics/Statistical-Yearbook-of-Sweden/

De acordo com o gráfico 4, o governo sueco manteve o seu orçamento corrente equilibrado até meados da década de 1970. Assim, percebemos que o aumento dos gastos correntes foi acompanhado por um aumento proporcional da arrecadação entre 1950 e 1975.

Ao analisarmos o gráfico 5, percebemos que os únicos momentos em que foi obtido superávit orçamentário foi entre 1960 e 1965 e entre 1969 e 1971. Portanto, consideramos que a política fiscal foi restritiva apenas nestes momentos. Entretanto, se incluirmos os gastos do orçamento de capital, perceberemos que o governo esteve sempre gastando mais do que arrecadando. Tal fato é reforçado pelos dados do gráfico 6, que mostra a parcela do investimento público bruto em relação ao PIB e a sua participação em relação aos investimentos brutos totais.

Outro dado interessante de se notar é a composição da receita governamental (Gráfico 7). Até o início da década de 1960, os impostos diretos tinham maior participação (mais de 45%) na arrecadação governamental. De 1962 em diante, os impostos indiretos passam a incorporar maior parte da receita, atingindo um pico de 64,3% em 1977, refletindo o dinamismo das atividades domésticas e os esforços governamentais em controlar a demanda doméstica (principalmente o consumo interno).

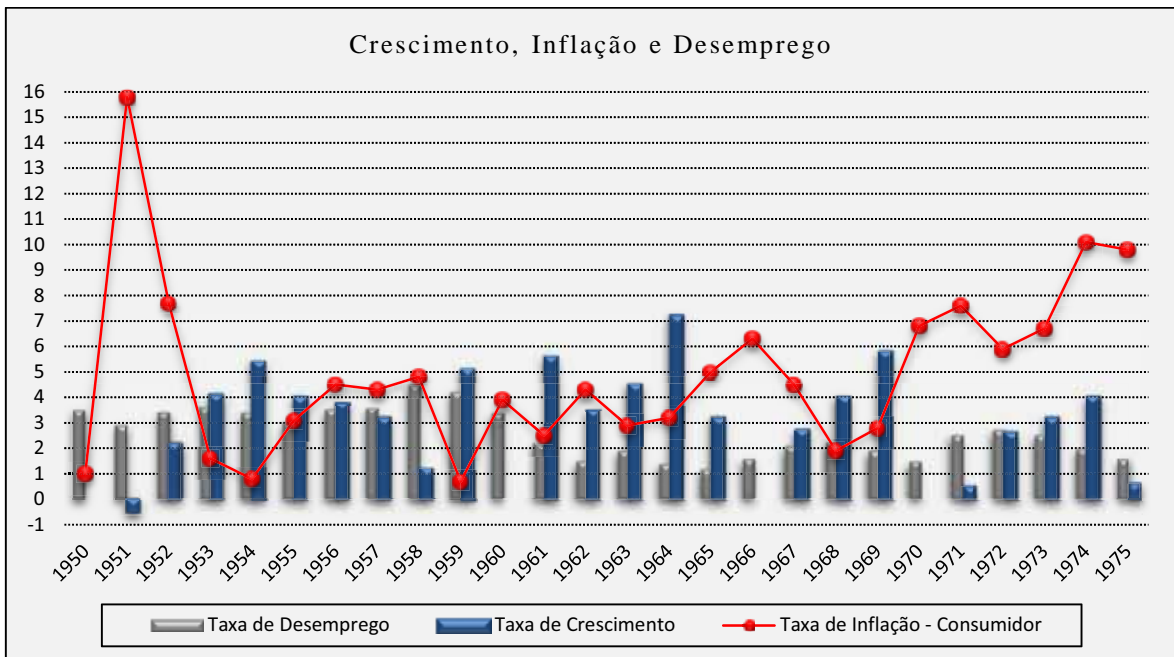
Gráfico 7



Fonte: Elaboração própria. Anuário Estatístico da Suécia – SCB (“*Statistiska Centralbyrån*” / “*Statistics Sweden*”). Disponível em: http://www.scb.se/en/_Finding-statistics/Historical-statistics/Statistical-Yearbook-of-Sweden/

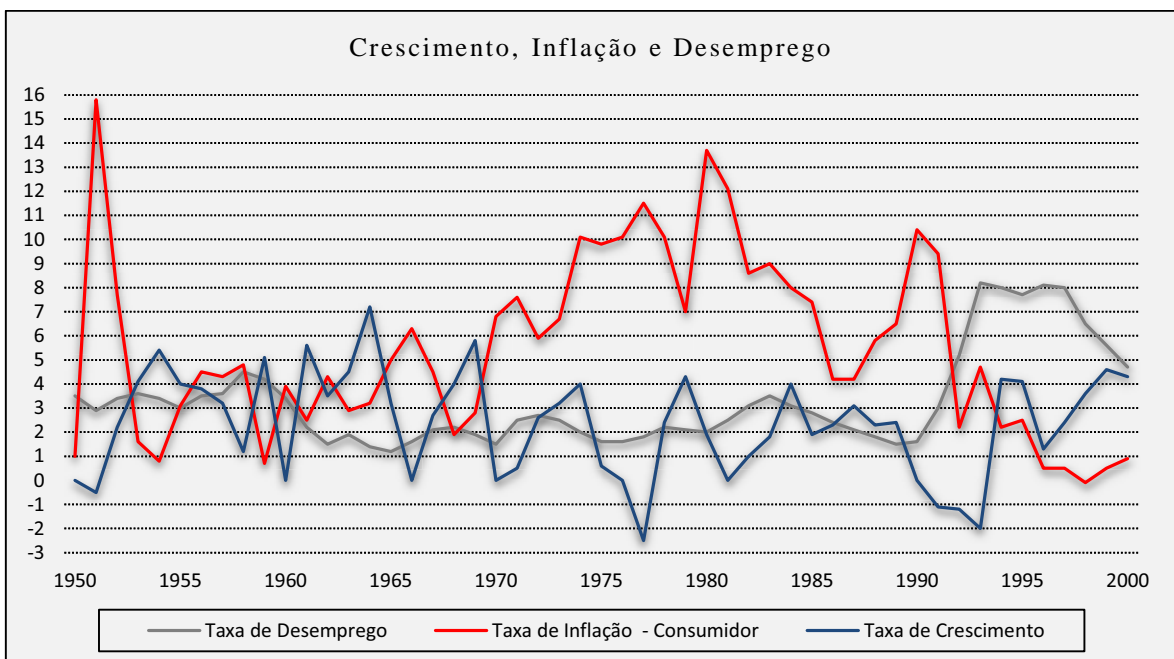
Quanto aos resultados esperados pelo Modelo R-M, podemos avaliá-los pelos gráficos 8, 9 e 10:

Gráfico 8



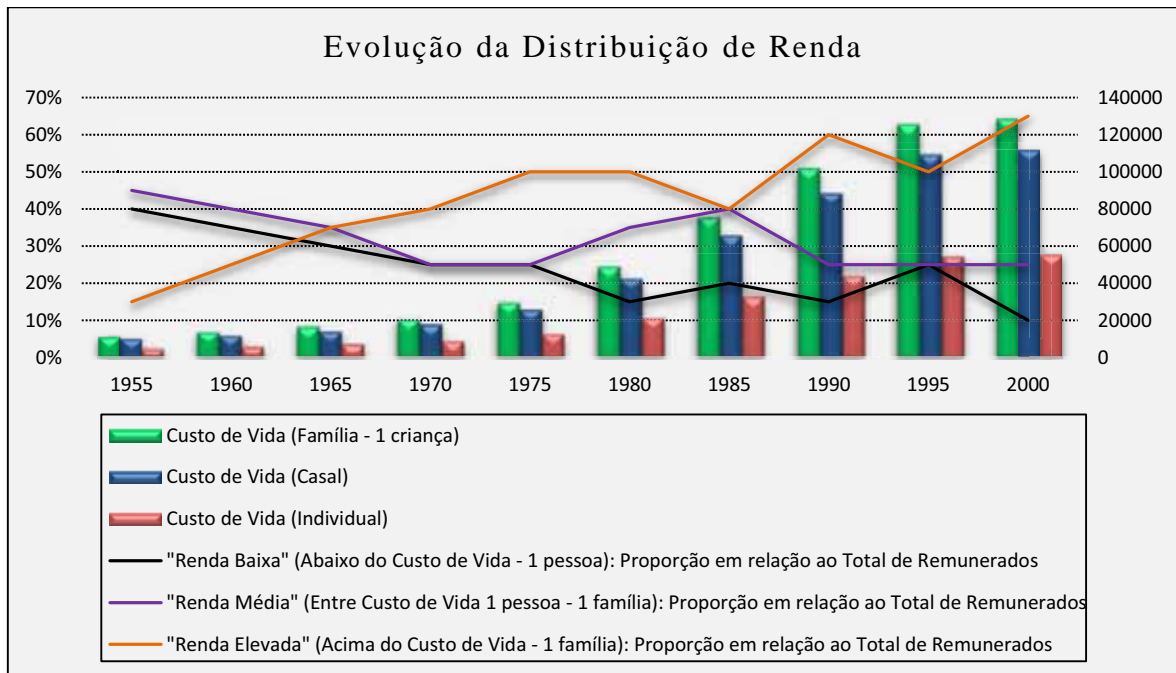
Fonte: Elaboração própria. Anuário Estatístico da Suécia – SCB (“*Statistiska Centralbyrån*” / “*Statistics Sweden*”). Disponível em: <http://www.scb.se/en/Finding-statistics/Historical-statistics/Statistical-Yearbook-of-Sweden/>

Gráfico 9



Fonte: Elaboração própria. Anuário Estatístico da Suécia – SCB (“*Statistiska Centralbyrån*” / “*Statistics Sweden*”). Disponível em: <http://www.scb.se/en/Finding-statistics/Historical-statistics/Statistical-Yearbook-of-Sweden/>

Gráfico 10



Fonte: Elaboração própria. Anuário Estatístico da Suécia – SCB (“*Statistiska Centralbyrån*” / “*Statistics Sweden*”). Disponível em: http://www.scb.se/en/_Finding-statistics/Historical-statistics/Statistical-Yearbook-of-Sweden/

De acordo com o gráfico 8, podemos ver que a taxa de desemprego se manteve em um nível baixo (menos de 5%) durante o período de 1950 a 1975, atingindo os patamares mais baixos na década de 1960 (menos de 2,5%). Em relação ao crescimento econômico¹⁵, podemos observar que ocorreu algumas oscilações: a economia voltou a crescer a partir de 1952, apresentando baixos níveis de crescimento econômico em 1958, 1960, 1966, 1970, 1971 e 1975. Mas em geral, o crescimento foi significativo durante estes 25 anos. Com relação à inflação¹⁶, ela manteve-se comportada desde de 1953, sendo que apenas no início dos anos 1970 ela passa a se elevar consideravelmente.

De 1975 em diante (Gráfico 9), podemos ver que a taxa de desemprego manteve-se baixa até o início da década de 1990, quando a Suécia entra numa crise fiscal. A taxa de inflação manteve-se elevada até o início dos anos 1990, com uma pequena redução em

¹⁵ Uma ressalva sobre os dados do crescimento do econômico. Não foi possível obter dados para calcular o desempenho do PIB a preços de apenas um ano, assim, tivemos que construir a série histórica em partes: 1950 – 1959, PNB aos preços de 1954; 1960 – 1965, PNB aos preços de 1959; 1966 – 1969, PIB aos preços de 1959; 1970 – 1975, PIB aos preços de 1968; 1976 – 1980, PIB aos preços de 1975; 1981 – 1989, PIB aos preços de 1985; 1990 – 2000, PIB aos preços de 2000. Apesar disto, os dados apresentados podem oferecer uma boa aproximação do desempenho econômico.

¹⁶ A taxa de inflação foi calculada a partir do índice de preços ao consumidor.

meados da década de 1980. Já o PIB continuou oscilando, mas apresentou um pior desempenho em relação ao período anterior.

Por fim, o gráfico 10 ilustra como evoluiu a distribuição de renda no país. Primeiramente, devemos esclarecer a metodologia usada para calcular a distribuição de renda. Entre 1955 e 2000, foi calculado o custo de vida¹⁷ de um indivíduo adulto, um casal e uma família (casal com uma criança). Como pode ser visto, os custos de vida das três categorias aumentaram ao longo deste período. Foi considerado “renda baixa” aqueles que recebem uma remuneração abaixo do custo de vida de um indivíduo. Já aqueles que possuem um rendimento acima do custo de vida de um indivíduo mas abaixo do custo de vida de uma família foram considerados pessoas que obtêm um “rendimento médio”. Finalmente, aqueles que obtêm ganhos monetários superiores ao custo de vida de uma família são considerados indivíduos com “renda elevada”. A partir disto, foi calculada a proporção de remunerados em relação ao seu total.

É possível observar que de 1955 até 1975, a parcela de remunerados que recebem “renda alta” passou de 15% para 50%, sendo que a trajetória de crescimento foi firme. A melhora na distribuição de renda continuou até o final do século XX. Desta forma, podemos ver o sucesso que a Suécia obteve na questão da distribuição da renda.

A partir desta análise, podemos perceber que os resultados esperados pelo Modelo R-M se concretizaram durante o período em que o Modelo “vigorou”. Entretanto, vale lembrar que não tivemos sua aplicação completa. Conforme vimos anteriormente, a política fiscal não foi inteiramente restritiva. Ela foi marcada, principalmente, pelo equilíbrio no orçamento corrente, mas deficitária quando somado o orçamento de capital. Ademais, a Política de Salário Solidário parece ter sido implementada de forma imperfeita. Por outro lado, a política monetária foi restritiva e as Políticas Ativas no Mercado de Trabalho parecem ter sido aplicadas com sucesso.

A fim de tornar nossa análise mais rica, passaremos a descrever o contexto internacional da época assim como as medidas realizadas na Suécia. Primeiramente, deve-se lembrar que o período em que “vigorou” o Modelo R-M foi também o dos “Anos Dourados” do capitalismo (HOBSBAWN, 1995). A economia mundial estava em expansão por múltiplos motivos: desenvolvimento de várias economias periféricas, reconstrução e

¹⁷ O cálculo do custo de vida inclui: comida, bebidas, moradia, combustível, luz, roupas, móveis, equipamentos, limpeza, seguro, sindicato, material escolar, meios de comunicação, lazer, viagem, tabaco, ajuda doméstica, contribuições e despesas variadas. As atualizações foram feitas com base no índice de custo de vida.

transformação de diversas nações devastadas pela Guerra, ondas de inovações tecnológicas e estabelecimento do Estado do Bem-Estar Social nas economias capitalistas desenvolvidas do Ocidente. Tudo isto favoreceu a expansão do comércio internacional e o elevado crescimento econômico mundial. Além disto, este período foi marcado pela elevada liquidez internacional, permitindo a diversos países obterem empréstimos para impulsionar suas economias (EICHENGREEN, 2000). Este cenário internacional contribuiu para o otimismo empresarial e para o bom desempenho econômico da Suécia.

Na Suécia, o fato do país não ter sofrido perdas durante a 2ª Guerra Mundial permitiu que a sua estrutura produtiva permanecesse intacta, favorecendo o aproveitamento das várias oportunidades para o país crescer (ROJAS, 2005). Ao longo dos “Anos Gloriosos” do capitalismo, o Estado sueco promoveu um conjunto de ações planejadas para desenvolver a sua nação. Nesta época, o setor público expandiu-se, conduziu o nível e a direção da demanda agregada, investiu fortemente em infraestrutura física e social, ampliou os serviços sociais público, fortaleceu suas empresas estatais, cooperou com as grandes empresas e gerou diversos empregos (HOGFELDT, 2005; ANDERSSON & GUNNARSSON, 2006). A indústria do país se transformou com o crescimento considerável das grandes empresas, que se tornaram mais poderosas, inovadoras e internacionalmente competitivas¹⁸. Em geral, elas eram controladas pelo Estado, por grandes bancos ou por famílias de tradição poderosa (HOGFELDT, 2005).

O governo adotou diversas medidas para elevar os investimentos em P&D, bens de capital e construção: ampliou sua relação com as universidades do país, transformando-as em centros de pesquisas e incentivando a realizarem pesquisas favoráveis tanto aos planos de governo quanto aos negócios empresariais; concedeu diversos subsídios e incentivos fiscais para a aquisição de máquinas, equipamentos e gastos com P&D; garantiu uma demanda pública para determinados bens; protegeu, forneceu incentivos fiscais e criou infraestrutura para as grandes empresas se expandirem como, por exemplo, a Volvo e a Scania no setor de transporte e a Ericsson no setor de telecomunicações (HOGFELDT, 2005).

As empresas controladas por bancos obtinham crédito facilmente para realizar investimentos. Os investimentos públicos eram financiados por impostos e fundos de pensão

¹⁸ Além das grandes empresas e da indústria de alta tecnologia, outros setores também se desenvolveram e tiveram um papel importante durante este período. A agricultura recebeu diversos incentivos econômicos, foi protegida e se modernizou e os pequenos negócios ampliaram para atender o mercado interno. Entretanto, o mais significativo foi o crescimento das grandes empresas exportadoras ligadas a indústria de alta tecnologia.

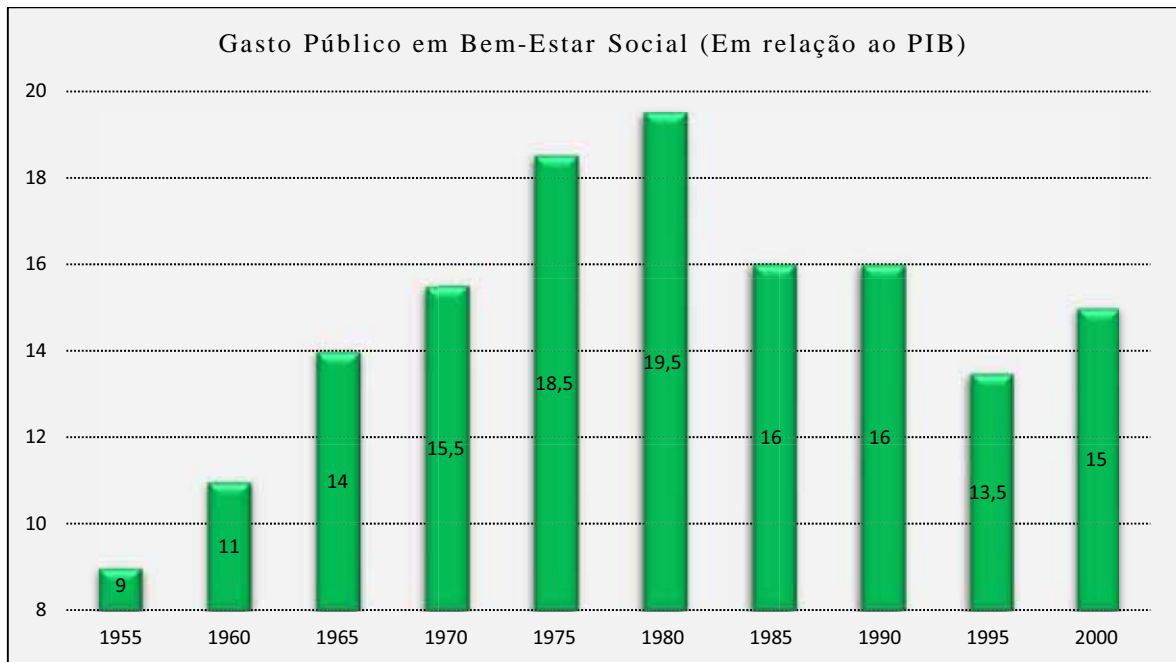
pública formados pela contribuição de funcionários públicos. Além disto, o Ministro das Finanças e o Banco Central controlavam os fluxos de capitais do sistema financeiro sueco, de modo que vários bancos e seguradoras eram forçados a investir significativamente em títulos público, geralmente, para financiar grandes obras. Assim, o mercado de capitais sueco era fortemente regulamentado¹⁹, assim como a quantidade de empréstimos (HÖGFELDT, 2005).

Como visto no tópico anterior, a construção do *Welfare State* sueco iniciou-se nos anos 1930. Após a 2ª Guerra Mundial, tal projeto social foi levado ao extremo, deslançando um pacote de reformas sociais e levando à expansão significativa dos investimentos públicos e dos gastos públicos em bem-estar social durante este período. O gráfico 11 mostra como os gastos com bem-estar social²⁰ em relação ao PIB mais do que dobraram neste período. Além disto, as maiores despesas públicas partiam do Ministério de Assuntos Sociais - em torno de 30% do total das despesas públicas do orçamento corrente -, além dos gastos do Ministério da Educação terem passado de 10,5% para 17,5% de 1950 a 1970, mas com uma queda para 14,3% em 1975. A partir disto, é possível observar que o Estado de Bem-Estar Social sueco foi se expandindo consideravelmente nesta época.

¹⁹ De 1951 a 1976, os ganhos de capitais eram pesadamente taxados. Aplicadores que vendessem seus ativos com menos de 2 anos de posse tinham 100% dos ganhos de capital taxado. Se a posse se estendesse para 2 a 3 anos, a taxa era de 75%; 3 a 4 anos, 50%; 4 a 5 anos, 25% (ROINE & WALDENSTRÖM, 2005).

²⁰ Os gastos públicos em bem-estar social foram tirados a partir das despesas do orçamento corrente e incluem: seguridade social, proteção ao trabalhador, saúde, educação (básica e universitária), auxílios aos pobres, assistência infantil e outros serviços sociais.

Gráfico 11



Fonte: Elaboração própria. Anuário Estatístico da Suécia – SCB (“*Statistiska Centralbyrån*” / “*Statistics Sweden*”). Disponível em: http://www.scb.se/en/_Finding-statistics/Historical-statistics/Statistical-Yearbook-of-Sweden/

Na medida que a Suécia avançava em termos sociais, sua economia se beneficiava reciprocamente e contribuía para mais desenvolvimento social. Do lado da demanda, as construções de habitação, a melhoria da infraestrutura das cidades e a ampliação de bens e serviços sociais garantiam uma demanda doméstica aquecida. Do lado da oferta, a formação de capital físico, humano e conhecimento contribuía para aumentar a produtividade, gerar progresso tecnológico e elevar a competitividade de diversas indústrias.

Além disto, o cenário de pleno emprego e de inflação controlada contribuía para a evolução contínua do *Welfare State*, já que possibilitaram estabilidade social e política. Da mesma forma, o crescimento econômico, os avanços no sistema tributário, a formação de fundos de investimentos público e as elevadas aplicações em títulos públicos permitiram que o Estado tivesse recursos para investir em habitação, expandir os serviços sociais e ampliar a infraestrutura física e social. Ademais, a hegemonia política do SPA no governo, a ampla aceitação popular pelo planejamento estatal e por reformas, a relação harmônica entre Capital, Trabalho e Estado, o espírito nacionalista e o senso de comunidade e solidariedade da população sueca foram fundamentais para o desenvolvimento do *Welfare State* sueco (HOGFELDT, 2005; ROJAS, 2005).

É interessante notar como o Estado sueco atuou de forma bem semelhante ao Estado descrito por Myrdal (1962): democrático, amplamente reconhecido pelo povo,

comprometido com o desenvolvimento do país, intervencionista, planejador e nacionalista. Além disto, havia uma forte cooperação entre governo central, governos locais, empresas, comunidades locais, sindicatos e outros tipos de organizações.

No início dos anos 1970, tanto o cenário internacional quanto o doméstico sofreram mudanças. Dentro da Suécia, as divergências de interesses começaram a emergir, levando ao ressurgimento de tensões entre trabalhadores e empresários, que aumentaram e levaram a necessidade de novas formas de negociação entre estes grupos. Disto, duas propostas foram elaboradas: aumentar participação dos trabalhadores nos processos de decisões da empresa e criar um fundo de investimento de funcionários para a aquisição de ações das grandes empresas, sendo que tal fundo seria formado pelos excedentes dos lucros enormes destas empresas (GILL, 1992). Tais propostas foram rejeitadas pelos empresários suecos, rompendo a aliança entre trabalhadores e empresários. Ademais, os próprios trabalhadores entraram em conflito, pois a parcela ligada aos setores mais lucrativos reivindicava salários maiores e desiguais em relação aos outros trabalhadores.

No contexto internacional, o sistema de Bretton Woods entrava em colapso, evidenciado pela difusa adoção do regime de câmbio flutuante. Além disto, o choque do petróleo fez com que os níveis de preços ao redor do globo aumentassem. As inovações tecnológicas e financeiras transformaram a economia internacional, tornando o fluxo de capitais mais elevados. Disto, adveio a desregulamentação nos mercados de capitais. Todas estas mudanças afetaram significativamente a economia sueca, colocando o país em dificuldades, levando a derrota do SPA nas eleições em 1976.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como descrito na introdução deste trabalho, o nosso objetivo era identificar os principais fatores que possam ter contribuído para o desenvolvimento tanto da Suécia quanto do seu *Welfare State*. A partir do que foi exposto, foi possível observar a existência de uma série de elementos favoráveis para o sucesso do país e do seu Estado de Bem-Estar Social.

Ao analisarmos a História da Suécia, encontramos algumas particularidades na sua trajetória: a classe camponesa possuiu a maioria das terras do país e teve autonomia sobre elas, possibilitando que fosse relativamente livre e determinasse sua importância econômica no período pré-industrial. Além disto, a sua participação política desde cedo permitiu que tal classe pudesse ampliar suas relações com o governo, fazendo com que tal entidade se comprometesse com seu povo e a sua nação, garantindo credibilidade governamental e construindo laços cooperativos entre Estado e sociedade desde cedo. Junto a isto, a ausência de uma elite local rentista reforçou a construção de tal Estado. O país também é marcado por possuir instituições adequadas a sua realidade socioeconômica. Por fim, o sentimento nacionalista e de comunidade entre os suecos favoreceu a existência de uma integração sólida entre seu povo, tornando-o fortemente comprometido em concretizar diversos projetos progressistas. Nos séculos XIX e XX, tais elementos contribuíram para uma atuação mais ativa e ampla por parte do Estado, resultando em diversas reformas, investimentos e mudanças institucionais. Desta forma, pudemos ver que existe um certo grau de *path-dependence* na construção do *Welfare State* sueco e no desenvolvimento de tal nação.

Entre o início da década de 1930 até meados dos anos 1970, quando o Estado de Bem-Estar Social foi consolidado, o Estado parece ter se comportado de forma bem similar com a visão de Gunnar Myrdal. Neste período, o Estado foi intervencionista, planejador e comprometido com um projeto de desenvolvimento nacional. Além disto, foi democrático e amplamente reconhecido pela sua população e diversos segmentos da sociedade. Implementou diversas reformas sociais, transformou a estrutura socioeconômica do país e aperfeiçoou suas instituições. Para sustentar todos os bens e serviços públicos ofertados, estabeleceu uma estrutura tributária progressista. Assim, é possível ver algumas influências de Gunnar Myrdal na projeção do Estado do Bem-Estar Social sueco e, conseqüentemente, no desenvolvimento do país.

Em especial, deve-se destacar as ações adotadas a partir dos anos 1930 por Alva Myrdal e Gunnar Myrdal, pois foram fundamentais para constituir os principais pilares do *Welfare State* sueco. As políticas sociais elaboradas por eles eram vistas como medidas

transformadoras, de caráter preventivo e que gerariam múltiplas externalidades positivas, resolvendo problemas no curto prazo e proporcionando diversos benefícios no longo prazo. Ademais, eles deram uma ênfase especial na formação do indivíduo, principalmente na sua infância, de tal modo a merecer uma educação adequada apoiada por diversas ações. Desta forma, podemos ver a influência do pensamento Institucionalista de Myrdal.

Entretanto, o ideal projetado por Gunnar Myrdal não foi concretizado. Ainda que a Suécia tenha obtido sucesso em se desenvolver e constituir um Estado de Bem-Estar Social bem avançado, isto não fez com que os outros países seguissem um caminho similar. A maior prova disso foi a onda neoliberal dos anos 1980 e o desmantelamento de tal instituição em diversos países desenvolvidos do Ocidente. Além disto, dentro da própria Suécia houve conflitos entre trabalhadores e empresários, apesar disto não ter prejudicado fortemente o seu *Welfare State*, já que o povo sueco via esta instituição como uma obra de orgulho nacionalista sueco. Portanto, parece que Myrdal superestimou a natureza humana e subestimou como alguns choques externos negativos e imprevisíveis podem afetar o comportamento humano e modificá-lo.

Quanto ao Modelo Rehn-Meidner, foi possível observar que a sua aplicação foi parcial. As Políticas Ativas no Mercado de Trabalho e a política monetária restritiva parecem ter sido bem aplicadas. Entretanto, a política fiscal, em geral, não foi contracionista e a Política de Salário Solidário parece ter sido implementada de forma imperfeita. Ainda assim, os seus objetivos foram alcançados: crescimento econômico, pleno emprego, inflação controlada e equalização da renda simultaneamente, comprovando o esforço governamental para obter tais resultados. Desta forma, se por um lado o Modelo Rehn-Meidner não foi aplicado perfeitamente, por outro lado ele indicou os objetivos macroeconômicos que deveriam ser obtidos e proporcionou sugestões interessantes para alcançá-los.

No período de 1950 a 1975, os motivos que devem ter estimulado e sustentado os investimentos domésticos durante os “Anos Dourados” do capitalismo foram: as elevadas demandas interna e externa, os investimentos públicos, os vários incentivos governamentais, a ampliação da relação entre governo, empresas e institutos de pesquisa, o baixo retorno líquido de aplicações financeiras interna, o controle sobre o sistema financeiro, a participação de grandes bancos nas atividades produtivas, o acordo de 1938 entre empresários e trabalhadores, o elevado grau de capital humano e conhecimento, o sentimento nacionalista em construir uma nação avançada e o cenário internacional da época, com a expansão do comércio internacional, o crescimento econômico de várias nações, as ondas de inovações tecnológicas e a elevada liquidez internacional. Por fim, a sólida integração

nacional permitiu maior cooperação entre as diversas entidades públicas e privadas, permitindo melhor coordenação nas políticas adotadas.

A partir de tudo isto, comprova-se como o ambiente econômico internacional da época, as políticas adotadas pelo Estado, o *background* histórico e as especificidades do país e da época são relevantes e devem ser levados em consideração para explicar a trajetória de desenvolvimento de uma nação e de suas estruturas. Por fim, vimos como o fundo teórico tanto do Modelo Rehn-Meidner como de Gunnar Myrdal inspiraram a ação política do Estado sueco, apesar deste não ter seguido perfeitamente ambos, mas obtendo diversos resultados favoráveis.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, M.; GUNNARSSON, C. *Egalitarianism in the process of Modern Economic Growth: The case of Sweden*. **Background Paper for World Development Report 2006**, Lund, World Development Report 2006, Dezembro, 2004. Disponível em: < <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/EXTRESEARCH/EXTWDRS/0,,contentMDK:23080453~pagePK:478093~piPK:477627~theSitePK:477624,00.html> >. Acesso em: 11 Jul. 2014.

ARCANJO, M. *Ideal (and Real) Types of Welfare State*. **CISEP – Working Papers**, Lisboa, Abril, 2006. Disponível em: < <http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2616/1/wp62006.pdf> >. Acesso em: 27 Jun. 2014.

BERGH, A. *The Rise, Fall and Revival of the Swedish Welfare State: What are the Policy Lessons from Sweden?* **IFN Working Paper**, Estocolmo, n. 873, Julho, 2011: Disponível em: < <http://www.ifn.se/wfiles/wp/wp873.pdf> >. Acesso em: 4 Out. 2014.

BOHLIN, J. *Tariff protection in Sweden 1885 – 1914*. **Göteborg Papers in Economic History**, Goteburgo, n. 1, Abril, 2005. Disponível em: < <https://gupea.ub.gu.se/bitstream/2077/2955/1/gunhis01.pdf> >. Acesso em: 9 Jul. 2014.

CARLSON, B. *Gunnar Myrdal: Ideological Profiles of the Economics Laureates*. **Econ Journal Watch**, Lund, v. 10, n. 3, p. 507 – 520, Setembro, 2013. Disponível em: < http://econjwatch.org/file_download/754/MyrdalIPEL.pdf >. Acesso em: 28 Mar. 2014.

CHANG, H.-J. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. 1. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2004.

DOPFER, K. *In Memoriam: Gunnar Myrdal's Contribution to Institutional Economics*. **Journal of Economic Issues**, Suíça, v. 22, n. 1, p. 227 – 232, Março 1998. Disponível em: < <http://www.jstor.org/discover/10.2307/4225966?uid=2&uid=4&sid=21105430219223> >. Acesso em: 8 de Jun. 2014.

DOSTALER, G.; ETHIER, D.; LEPAGE, L. (Ed.). **Gunnar Myrdal and his Works** 1. Ed. Montreal: Harvest House Ltd, 1992.

EICHENGREEN, B. **A Globalização do Capital**: Uma História do Sistema Monetário Internacional. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

ERIXON, L. *A Social Innovation or a Product of its Time? The Rehn-Meidner Model's Relation to Contemporary Economics and the Stockholm School*. **Research Papers in Economics**, Estocolmo, n. 2008:08, Setembro, 2008. Disponível em: < http://ideas.repec.org/p/hhs/sunrpe/2008_0008.html >. Acesso em: 25 Mar. 2014.

ERIXON, L. *A Swedish Economic Policy – Theory, Application and Validity of the Rehn-Meidner Model*. **Research Papers in Economics**, Estocolmo, n. 2000:13, Outubro, 2000. Disponível em: < https://ideas.repec.org/p/hhs/sunrpe/2000_0013.html >. Acesso em: 10 Maio 2014.

ERIXON, L. *The Rehn-Meidner Model in Sweden: Its rise, challenges and survival*. **Research Papers in Economics**, Estocolmo, n. 2008:02, Fevereiro, 2008. Disponível em: < http://www2.ne.su.se/paper/wp08_02.pdf >. Acesso em: 22 Abr. 2014.

ERIXON, L. *The Swedish Third Way – An Assessment of the Performance and Validity of the Rehn-Meidner Model*. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford, v. 32, n. 3, p. 367 – 393, Maio, 2008. Disponível em: < <http://ideas.repec.org/a/oup/cambje/v32y2008i3p367-393.html> >. Acesso em: 27 Fev. 2014.

ERIXON, L. *The “Third Way” Revisited – A Revaluation of the Swedish Model in the Light of Modern Economics*. **Working Paper Series**, Estocolmo, n.159, Março 2000. Disponível em: < <https://ideas.repec.org/p/hhs/fiefwp/0159.html> >. Acesso em: 2 Maio 2014.

ERIXON, L. *Travelling Along the Third Way – A Swedish Model of Stabilisation, Equity and Growth*. **Research Papers in Economics**, Estocolmo, n. 2005:10, Dezembro, 2005. Disponível em: < http://www2.ne.su.se/paper/wp05_10.pdf >. Acesso em: 12 Mar. 2014.

FORSLUND, A.; KRUEGER, B. A. *An Evaluation of the Swedish Active Labor Market Policy: New and Received Wisdom*. **NBER Working Paper Series**, Cambridge MA, n. 4802, Julho 1994. Disponível em: < <http://www.nber.org/papers/w4802> >. Acesso em: 2 Nov. 2014.

HIBBS, D. A. JR.; LOCKING, H. *Wage Dispersion and Productive Efficiency: Evidence for Sweden*. **Working Papers in Economics**, Goteburgo, n. 21, Janeiro, 2000. Disponível em: < <https://ideas.repec.org/a/ucp/jlabec/v18y2000i4p755-82.html> >. Acesso em: 3 Nov. 2014.

HOBBSAWM, E. **A Era dos Extremos – O Breve Século XX: 1914 – 1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HÖGFELDT, P. *The History and Politics of Corporate Ownership Sweden*. **National Bureau of Economic Research**, Chicago, Novembro, 2005. Disponível em: < <http://papers.nber.org/books/morc05-1> >. Acesso em: 16 Jul. 2014.

JOHANSSON, D.; RIETZ, D.J.; STENKULA, M. *Swedish Labor Income Taxation (1862 – 2013)*. **Research Institute of Industrial Economics – Working Paper**, Estocolmo, n. 977, Novembro, 2014. Disponível em: < <http://www.ifn.se/wfiles/wp/wp977.pdf> >. Acesso em: 29 Nov. 2014.

LENNART, S. *Technological Waves and Economic Growth – Sweden in an International Perspective 1850 – 2005*. **CIRCLE Electronic Paper Series**, Lund, v.6, 2009. Disponível em: < <http://lup.lub.lu.se/luur/download?func=downloadFile&recordOid=1762715&fileOid=1763579> >. Acesso em: 8 Jun. 2014.

LINDBECK, A. *An Essay on Welfare State Dynamics*. **Institute for International Economic Studies – Seminar Papers**, Estocolmo, n. 719, Maio, 2003. Disponível em: < <http://ideas.repec.org/p/hhs/iessp/0719.html> >. Acesso em: 06 Jun. 2014.

LINDBECK, A. *Incentives in the Welfare State: Lessons for would-be welfare states*. **The Industrial Institute for Economic and Social Research – Working Paper**, Estocolmo, n.449, Fevereiro, 1996. Disponível em: < <http://www.ifn.se/wfiles/wp/wp449.pdf> >. Acesso em: 15 Jun. 2014.

LINDBECK, A. *The Welfare State – Background, Achievements, Problems*. **IFN Working Paper**, Estocolmo, n 662, Fevereiro, 2006. Disponível em: < http://www.ifn.se/publikationer/working_papers/~BinaryLoader.axd?OwnerID=1eb2371d-1539-46e1-b63b-54b1927efcff&OwnerType=0&PropertyName=File1&FileName=Wp662.pdf&Attachment=True >. Acesso: 11 Out. 2014.

LUNDBERG, E. *Productivity and Structural Change – A Policy Issue in Sweden*. **The Economic Journal**, Estocolmo, v.82, n. 325, p. 465 – 485, Março, 1972. Disponível em: < <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2229948?uid=2134&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21105430219223> >. Acesso em: 20 Out. 2014.

MEIER, G.; STIGLITZ, J. (Ed.). **Frontiers of Development Economics: The Future in Perspective**. 1. Ed. Nova Iorque: Oxford University Press, 2000.

MYRDAL, G. *Institutional Economics*. **Journal of Economic Issues**, Madison, v. 12, n. 4, p. 771 – 783, Dezembro, 1978. Disponível em: < <http://www.jstor.org/discover/10.2307/4224744?uid=2&uid=4&sid=21104245195273> >. Acesso em: 13 Abr. 2014.

MYRDAL, G. **O Estado do Futuro: o Planejamento econômico nos Estados de bem-estar e suas implicações internacionais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

ROJAS, M. **Sweden after the Swedish Model: From Tutorial State to Enabling State**. 3. ed. Stockholm: Timbro, 2005.

STATISTICS SWEDEN. *Statistical Yearbook of Sweden 1950 – 2003*. Disponível em: < http://www.scb.se/en_/Finding-statistics/Statistics-by-subject-area/Other/Other/Statistical-Yearbook-of-Sweden/?Pk=OV0904&Dpu=True > Acesso em: 17 Jul. 2014

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. *Human Development Statistical Tables*. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/data>> Acesso em: 21 Jul. 2014.